

NOVO LANÇAMENTO
DAS EDIÇÕES



55 pags. 10 x 16 cm

Pedir ao Jornal de Psicologia,
Rua das Taipas, 76
4000 PORTO

Junta-se cheque ou vale no valor de 250\$00
(porte incluído)

"Deus estava cansado e queria descansar. Então a existência
tinha esgotado as suas forças e ele decidiu criar filhos nas complexas
arcs do universo. Ele queria saber se eles eram capazes de
fazer as primeiras provas do seu poder. Ele queria saber se eles
eram capazes de fazer as primeiras provas do seu poder. Ele queria
saber se eles eram capazes de fazer as primeiras provas do seu poder."

BOA NOITE, ESTE É O SEU VOLUME

Jornal de PSICOLOGIA

DEBATE
12/1990

VOLUME

9

DIRECTOR: RUI A. GONÇALVES • PUBLICAÇÃO BIMESTRAL • ANO 9 • Nº 1 • PREÇO 250\$00 • JAN - FEV 1990

12/1990



OS PRIMEIROS LABORATÓRIOS DE PSICOLOGIA EM
PORTUGAL: CONTEXTO E SENTIDO DA SUA CRIAÇÃO

Manuel Viegas Abreu

PÁGINA 3

PSICOLOGIA CLÍNICA: ESTADO ACTUAL E
PERSPECTIVAS DE FUTURO

Óscar F. Gonçalves

PÁGINA 6

UM MODELO DA ESTRUTURA COGNITIVA -
VALIDAÇÃO DOS PARÂMETROS DA MEMÓRIA
OPERATÓRIA

Duarte Costa Pereira, Leonor Lencastre e César Alves

PÁGINA 14

ENTREVISTA COM ALEX LEFEBVRE

PÁGINA 21

REUNIÕES CIENTÍFICAS, CALENDÁRIO E OUTRAS
SECÇÕES

NA VIRAGEM DA DÉCADA

É já quase um hábito que o Editorial do primeiro número de cada ano reflecta um balanço sobre aquilo que se fez durante os 365 dias precedentes.

Sem querer fugir muito a essa regra, que aliás julgamos salutar, não queríamos deixar de frisar que, mais uma vez, levámos (nós J.P. e vocês leitores/assinantes) o navio (no início não passava de um barco) a bom porto. A publicação cumpriu os seus objectivos de procura de rigor científico e mais e melhor informação a nível nacional e internacional. Nem sempre, é certo, chegámos a casa de todos com a celeridade que as datas nos impunham. São os grãos de areia que, ainda e às vezes, persistem em empenhar a engrenagem.

Ao revermos o índice dos artigos publicados em 89 damo-nos conta que, tal como consta da *ficha caracteriológica* do J.P., os assuntos e temáticas abordadas ao longo dos cinco números, representam um painel diversificado dos diferentes domínios da Psicologia. Sendo como é, uma publicação vocacionada para abarcar as várias áreas em que os psicólogos e outros profissionais das ciências sociais e humanas intervêm, o Jornal de Psicologia reafirmou, mais uma vez, junto dos seus leitores, os vectores de divulgação e informação que sempre nortearam a sua caminhada. De facto, e à excepção de escritos provenientes da área da psicologia do trabalho e organizações, que teimosamente persiste em manter-se na penumbra editorial, não nos restam dúvidas que os textos publicados por autores nacionais, reflectem bem a pujança que anima os psicólogos portugueses. Refira-se igualmente que essa pujança ficou bem patente não só na realização de várias reuniões científicas — de que é exemplo paradigmático a Conferência Internacional "A Psicologia e os Psicólogos Hoje" — como também no nascimento e/ou revitalização de estruturas editoriais afectas a este sector do saber (veja-se por exemplo, o aparecimento das revistas "Psychologica" e "Psicologia Clínica").

Se calhar, foi este conjunto de iniciativas que contribuiu para que um reputado semanário da nossa praça, também ele em balanço sobre os anos oitenta, tivesse classificado os psicólogos como "a profissão da década". Permitam-me então que acrescente, com a modéstia que me assiste como director, que o Jornal de Psicologia foi, nessa mesma ordem de ideias, a *publicação da década* na área da Psicologia. Sei que esta afirmação é susceptível de polémica, mas os factos são, contudo, ineludíveis. 140 Artigos, maioritariamente de produção nacional, 15 artigos de Opinião e 14 Entrevistas, testemunham bem o esforço e coesão da equipa de que sou actualmente director, mas que respondeu sempre, como um todo, ao longo dos piores e melhores momentos vividos desde o início, em Março de 82.

É inegável que ainda há falhas de maior ou menor porte. Os leitores são os nossos melhores críticos. Porém, é nossa convicção que a década derradeira deste milénio trará a todos a certeza que o Jornal de Psicologia cumprirá sempre, com a idoneidade e a seriedade que se lhe reconhecem, os objectivos que sempre o guiaram. Qualquer que seja o ano, a década ou o século, viemos para ficar.

Rui Abrunhosa Gonçalves

Jornal de
PSICOLOGIA

ISSN:0870-4783

DEPÓSITO LEGAL Nº 15561/87

DIRECTOR: Rui Abrunhosa Gonçalves

DIRECTORES ASSOCIADOS: Óscar Gonçalves e Miguel Cameira.

REDACÇÃO: Conceição Nogueira, Edgar Pereira, João Guedes Barbosa, Jorge Negreiros, José F. Cruz, Manuel Geada, Maria do Céu Taveira, Natália Ramos, Paulo Machado, Pedro Barbas Albuquerque, Pedro Pinho, Telmo Baptista e Teresa Freire.

SECRETARIADO: Maria Amélia Santos.

COLABORADORES: Leandro Almeida (Porto); Aires Gameiro (Lisboa); Albano Estrela (Lisboa); Amaral Dias (Coimbra); Anna Bonbolr (Louvain - Bélgica); Bartolo Campos (Porto); Bartha Lajos (Budapest - Hungria); Brigitte Cardoso e Cunha (Porto); António Simões e Aura Montenegro (Coimbra); G.R. Skanes (Newfoundland - Canadá); Georges Meuris (Louvain - Bélgica); Gerardo Marin (San Francisco - EUA); Gunnar Kylvén (Estocolmo - Suécia); Hakan Brokstedt (Estocolmo - Suécia); Harlan Hansen (Minnesota - EUA); Isolina Borges e J. Balthazar Ruivo (Porto); Klaus Helkama (Helsinki - Finlândia); Leonard Goodstein (Washington, D.C. - EUA); Lois Thies Sprinthall (North Carolina - EUA); Luís Alberto Guerreiro (New Jersey - EUA); Maria de São Luís Castro (Porto); E. Mullet (Paris - França); Maurice Reuchlin (Paris - França); Nicolau Raposo (Coimbra); Norman Sprinthall (North Carolina - EUA); Patrícia Fontes (Irlanda); Peter Merenda (Rhode Island - EUA);

SUBSIDIADO POR: Fundação Eng.º António de Almeida; Governo Civil do Porto; Câmara Municipal do Porto.

ASSINATURA ANUAL: Portugal - Pessoal: 1000\$00; Instituições: 2500\$00; Países de expressão portuguesa (Brasil e África) - U.S. \$12; U.S. - \$16; Europa - U.S. \$15; U.S. \$20; Outros Países - U.S. \$20 - U.S. \$25; Preço avulso: 250\$00; Números atrasados: 250\$00.

A assinatura do Jornal de Psicologia é feita por 5 números/ano, a partir do nº 1 de cada ano, inclusivé.

PERIODICIDADE: Bimestral (cinco números/ano). Não se publica nos meses de Julho/Agosto.

FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO: Tipografia NUNES Lda., Rua D. João IV, 590 - 4000 Porto.

PROPRIETÁRIO: Grupo de Estudos e Reflexão em Psicologia, R. das Taipas, 76 - 4000 Porto

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE: JORNAL DE PSICOLOGIA, Rua das Taipas, 76 - 4000 Porto

DISTRIBUIDORA: CDL - Av. Santos Dumont, 57-2º - 1000 Lisboa. Tel. 769744; Rua Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908; Rua Rosa Falcão, 9 - 3000 Coimbra. Tel. 29455.

TIRAGEM: 3000 exemplares.

LIVROS E PUBLICAÇÕES: Faremos referência a livros e outras publicações de que nos sejam enviados exemplares.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.

Nous souhaitons établir échange avec d'autres publications.

We wish to establish exchange with other publications.

INDEXADO EM: Psychological Abstracts; Ulrich's Directory.

SUBSCRIPTION RATES:

	Brasil/África	Europe	All others
Individual	US \$12	US \$15	US \$20
Institutions	US \$16	US \$20	US \$25

BACK ISSUES AND BACK VOLUMES: Write to: Jornal de Psicologia, R. das Taipas, 76 - 4000 Porto, Portugal

O JORNAL DE PSICOLOGIA é uma publicação destinada à divulgação e discussão de temas e assuntos nos diferentes domínios da Psicologia e ciências afins. O seu principal objectivo consiste em encorajar e facilitar o desenvolvimento da Psicologia em Portugal, contribuindo assim para o seu avanço como ciência, como profissão e como um meio de promover o bem estar humano.

O conteúdo do JORNAL DE PSICOLOGIA abrange diferentes áreas e domínios. Para além de artigos e estudos de carácter teórico, revisões de literatura, documentos e artigos de discussão de práticas inovadoras, regularmente aparecem secções especiais. Uma secção de "Opinião" é dedicada à discussão de aspectos actuais relacionados com a prática da Psicologia, críticas, réplicas ou pequenos artigos apresentando ideias e/ou perspectivas de carácter inovador. Além disso, a secção "Entrevista com..." visa apresentar as ideias, o trabalho e o contributo, para o desenvolvimento da Psicologia, de especialistas nacionais e estrangeiros. Secções especiais são também dedicadas a revisões e comentários a livros e outras publicações, bem como a informações de carácter geral e a notícias sobre reuniões científicas nacionais e internacionais.

OS PRIMEIROS LABORATÓRIOS DE PSICOLOGIA EM PORTUGAL: CONTEXTO E SENTIDO DA SUA CRIAÇÃO (*)

MANUEL VIEGAS ABREU (**)

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Os primeiros Laboratórios de Psicologia em Portugal foram criados na Universidade de Coimbra pelo Professor Alves dos Santos, em 1912, e na Universidade de Lisboa pelo Professor Matos Romão, em 1930, na sequência da reforma dos estudos universitários (1911), promulgada pelo primeiro governo do novo regime da República Portuguesa. No Laboratório de Psicologia Experimental da Universidade de Coimbra, as actividades de investigação começaram ainda no fim de 1912, por iniciativa de Alves dos Santos, que então havia sido encarregado do novo curso de Psicologia Experimental. Além da referência a alguns documentos históricos respeitantes à criação do Laboratório, mencionam-se os aparelhos técnicos do equipamento laboratorial e alguns dos trabalhos de investigação nele realizados, que ilustram o contexto teórico e metodológico da psicologia científica desse período de transição.

A história do desenvolvimento da Psicologia científica em Portugal está ainda por fazer de forma sistemática e consistente.

Há precisamente quatro décadas, o Prof. Sílvio Lima (1949) num breve esboço sobre *A Psicologia em Portugal* distinguiu três grandes períodos: o primeiro que se estende de meados do século XIX até ao início da primeira guerra mundial (1914); o segundo que vai de 1914 até 1941 e o terceiro de 1941 até à contemporaneidade.

Sob a influência do ideal científico positivista e modelado pelo paradigma da mecânica e da física matemática, o primeiro seria caracterizado pelos ensaios de afirmação da psicologia como disciplina natural, afastada da metodologia exclusivamente reflexiva da metafísica. Os contributos mais relevantes proviriam das ciências médicas e, designadamente, da psiquiatria, salientando-se nomes como os de Bettencourt Ferreira, Magalhães Lemos, Júlio de Matos, Miguel Bombarda e António Maria de Sena. As investigações de linguística e de etnografia de Adolfo Coelho bem como as suas iniciativas e realizações no domínio da educação abririam, entre nós, oportunidades significativas à introdução da nova ciência.

O segundo período, de 1914 a 1941, caracterizar-se-ia, na expressão de Sílvio de Lima, por um "experimentalismo crítico" e pelo "médico-pedagogismo", cultivados por homens como António Aurélio da Costa Ferreira, Augusto Joaquim Alves dos Santos, Faria de Vasconcelos e Matos Romão, todos eles empenhados em actividades de docência e de investigação

em instituições de ensino superior, o primeiro na Escola Normal Superior de Lisboa e os três restantes nas Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa.

Foi no decurso deste segundo período que se verificaram realizações significativas no desenvolvimento da Psicologia como Ciência em Portugal, designadamente a criação dos primeiros *Laboratórios de Psicologia* nas Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa, respectivamente por Alves dos Santos, em 1912-14, e por Matos Romão, em 1930.

António Aurélio da Costa Ferreira, médico e pedagogo, realizou uma obra notabilíssima no campo do diagnóstico e da reabilitação de crianças e jovens portadores de deficiências, obra que, felizmente, foi oficialmente reconhecida e brilhantemente continuada por Vítor Fontes.

A obra de Faria de Vasconcelos, fundador da *École Nouvelle Type de Bierges-lez-Wawre*, na Bélgica, conhecida internacionalmente como "laboratório de psicologia prática" (Ferrière, 1915) e do *Instituto de Orientação Profissional* (1925), anexo à Faculdade de Letras de Lisboa, tem sido objecto de difusão e de estudos recentes (Ferreira Marques, 1986; Oliveira, 1989).

Por serem menos conhecidas, iremos aqui referir com mais alguma demora as circunstâncias que envolveram a criação dos primeiros Laboratórios de Psicologia Experimental e, designadamente, a obra do Prof. Alves dos Santos, fundador do Laboratório de Psicologia da Universidade de Coimbra.

Na sequência da reforma do ensino universitário, promulgada como uma das medidas governativas prioritárias após a implantação do regime republicano (1910), foram criadas as Faculdades de Coimbra e de Lisboa. O decreto, com força de lei, de 9 de Maio de 1911, que organizou os planos de estudo daquelas Faculdades, estipulou no seu artigo 19º que "*anexo à Faculdade haverá também um Laboratório de Psychologia, como auxiliar indispensável nos estudos phylosóphicos e dos estudos pedagógicos da Escola Normal Superior*".

Com base na referida medida legislativa, o Conselho

(*) Comunicação proferida, a 23 de Novembro de 1989, na sessão de abertura da Conferência Internacional "A Psicologia e os Psicólogos Hoje" promovida pela Associação Portuguesa de Psicólogos e realizada no Auditório da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa.

(**) Professor Catedrático da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Correspondência: Manuel Viegas Abreu, Rua do Colégio Novo/3000 Coimbra, Portugal.

Escolar da Faculdade de Letras encarregou o Prof. Alves dos Santos da organização do ensino da disciplina de "Psychologia experimental", que pela primeira vez aparecia num currículo universitário, e, simultaneamente, incumbiu-o de uma missão de estudo à Suíça e à França com a finalidade de *pela frequência da alguma ou algumas escolas de reputação consagrada, esse professor adquirir conhecimentos especiais sobre psychologia experimental e, assim, habilitar-se a organizar o primeiro laboratório psicológico do País* (Santos, 1913).

O "Relatório apresentado por Alves dos Santos à Faculdade de Letras" pouco depois do seu regresso de França, nos princípios de Dezembro de 1912, constitui um documento de inegável valor histórico, não tanto pela referência a acontecimentos e a pessoas relevantes ou pela identificação de aparelhos e de técnicas de investigação laboratorial mas principalmente pela formulação de problemas influentes na evolução da Psicologia, que se repercutiram no nosso País com alguma originalidade e que, aqui, procuraremos assinalar com a brevidade requerida.

Um desses problemas está equacionado na "perplexidade" vivida e reconhecida por Alves dos Santos em investir energias, tempo e verbas na aquisição de técnicas, métodos e instrumentos para a montagem de um *Laboratório de Psicologia* numa altura em que eram já reconhecidas algumas limitações e lacunas importantes não apenas da Psicofísica mas da Psicologia Experimental, no seu sentido mais amplo. Já então, o próprio Wundt havia reconhecido não ser possível realizar o estudo experimental da inteligência e tanto Külpe, em Würzburg, como Binet, em Paris, haviam já encetado vias diferenciadas de superação dessa dificuldade. Note-se que nesse mesmo ano de 1912, saíam a público os resultados das pesquisas de Wertheimer sobre a percepção do movimento aparente, marco fundador da "Teoria da Gestalt", que representa uma "ruptura epistemológica" relativamente ao quadro teórico do *elementarismo associacionista* da Psicologia científica dos "estados e conteúdos da consciência". E Watson, no ano seguinte, publicaria o artigo "Psychology as a behaviorist views it" que constitui o marco de uma nova e mais brusca ruptura: *a revolução behaviorista*.

Neste contexto, compreende-se que Alves dos Santos tenha escrito o seguinte:

Sob a influência do *pessimismo* de Kostyleff (1911), que afoitou o canto *negativista* de La Vaissière (1912), o meu espírito sofria duma certa perplexidade acerca da legitimidade da *psicométrica* e do seu valor real como método de análise dos *processos psíquicos*. De resto, esta perplexidade era natural, sendo de há muito conhecido o parcial insucesso da *psicofísica clássica* posto em relevo pela crítica de Foucault (1901), a respeito da Lei de Weber, generalizada por Fechner (Santos, 1913, p. 13-14).

Foi o convívio científico com o Prof. Edouard Claparède, a frequência das suas lições na Universidade de Geneve, bem como o convívio com outros especialistas, designadamente com o Dr. Paul Godin, que desfez a perplexidade de Alves dos Santos. Mas o problema deve ter continuado a constituir objecto de preocupação e teve, sem dúvida, repercussões teóricas e metodológicas importantes que adiante referiremos.

Do entusiasmo com que frequentou o Laboratório de Psicologia da Universidade de Geneve e dos benefícios que aí

colheu, fala-nos deste modo:

... foi precisamente sobre a verificação experimental das *leis psicofísicas* que me derivou maior proveito da frequência do laboratório de Genebra. Existe hoje no meu espírito a convicção bem arraigada de que a psicofísica, não somente é legítima, como processo de análise psíquica, mas também que, pela aplicação do *método dos limites*, do *método da constância* e do *método do erro médio*, se pode chegar a estabelecer, com a maior segurança, o sistema de *relações intrínsecas*, que existe entre a *psique* e a causa física que a produz, ou que dela é o *antecedente natural, lógico e necessário* (Santos, p. 15).

No Instituto Jean Jacques Rousseau, a cuja abertura, no dia 21 de Outubro, assistiu, Alves dos Santos frequentou o curso sobre a evolução do corpo da criança, em sete lições, ministrado pelo Dr. Paul Godin, nas quais se familiarizou com os aparelhos de mensuração somática e com as técnicas antropométricas que haveria amplamente de utilizar nos seus estudos sobre o "*crescimento*" da *criança portuguesa* (Santos, 1917) e sobre a *Educação Nova - I. O corpo da criança* (Santos, 1919).

De Geneve, onde permaneceu entre fins de Agosto e meados de Novembro, partiu para Paris onde visitou os *Laboratórios de Psicologia e de Fisiologia da "École des Hautes Études"* da Sorbonne, o "*Museum d'Histoire Naturelle*", o *Laboratório Clínico de Neurologia*, da Salpêtrière, e o *Laboratório de pedagogia normal*, da escola primária de Grange-aux-Belles, fundado por Binet que nele trabalhou na construção da sua "*Échelle métrique pour la mesure du développement de l'intelligence chez les enfants*". Na visita ao Laboratório de Psicologia da Sorbonne foi guiado por Henri Piéron que, devido à morte de Alfred Binet no ano anterior, havia nesse ano assumido o encargo de dirigir aquela unidade exclusivamente dedicada à investigação. Com esse "notável homem de ciência" tencionava Alves dos Santos conservar as relações que então criara e aumentá-las, de que retiraria "benéfica influência". Infelizmente, a intenção arguta e promissora não foi realizada devido à convergência de diversas circunstâncias que procuraremos ainda mencionar. De regresso a Portugal, o seu entusiasmo levou-o a remover dificuldades com vista à instalação dos aparelhos comprados na casa Boulitte, de Paris. A inexistência de local apropriado no edifício destinado à Faculdade de Letras, ainda em obras de adaptação, não o paralisou; montou o Laboratório provisoriamente em salas disponíveis de "*O Instituto*" de Coimbra e deu início a investigações ainda nesse ano lectivo de 1912-13.

A este propósito é significativo o seguinte passo do Relatório:

Nesse intuito (de iniciar os meus alunos nos métodos científicos de cuja aplicação dependem os progressos da psicologia), tenho resolvido empreender, desde já, por uma forma que possa aproveitar ao maior número, uma série de trabalhos práticos que sejam de natureza a criar ou a desenvolver faculdades de iniciativa e de espontaneidade intelectual, e a habituar os que estudam a esse esforço obstinado, sem o qual nenhuma descoberta é possível no terreno da ciência (Santos, 1913, pp. 22-23).

Os trabalhos de investigação que realizou no

Laboratório repartem-se pelos domínios "clássicos" da Psicofísica, da Psicofisiologia (ou da "Psicologia dinâmica", na designação então utilizada), da Psiconometria, da Antropometria e da Pedologia.

As investigações nestes dois últimos domínios, realizados segundo o *método auxanológico*, conduziram ao estabelecimento dos cânones antropométricos da criança portuguesa, nas principais etapas da sua evolução até à idade adulta, e inseriram-se no movimento de renovação científica da prática pedagógica e do aperfeiçoamento do nosso ensino público, que constituiu uma das mais persistentes preocupações de Alves dos Santos, não apenas como Professor universitário, e Director da Biblioteca Geral da Universidade mas também como Deputado ao Parlamento, e até mesmo como Presidente do Município de Coimbra. Com efeito, algumas das suas primeiras obras, de 1906 e de 1910, reportam-se a problemas da "nossa escola primária" e uma das últimas, significativamente intitulada *Um plano de reorganização do ensino público*, assume a forma de um *Projecto de lei, para ser apresentado à Câmara dos Senhores Deputados* (Santos, 1921).

Como vemos, o interesse dos psicólogos pelo que se passa na Escola e o que projectam para a comunidade educativa não constitui "descoberta" recente. Pelo contrário, o interesse dos psicólogos pela comunidade escolar tem uma longa tradição, interrompida por um interregno demasiado extenso em que, por falta de psicólogos, a escola não pôde ser objecto de investigação e intervenção psicológicas, conduzidas, avaliadas e aperfeiçoadas de forma sistemática.

Mas os estudos laboratoriais de Alves dos Santos não se limitaram à Pedologia; incidiram sobre temas "clássicos" da Psicologia Experimental como a *psicométrica da atenção* (por intermédio do cronoscópio de D'Arsonval), a *medida do trabalho mental* (por utilização do método de Kraepelin), o *estudo dos sentidos cutâneos* (medida da discriminação táctil pelo estesiómetro), a avaliação dos *tempos de associação de ideias*, a análise quantitativa e qualitativa da memória ou *mnemometria*.

A ideia que, no entanto, gostaríamos de salientar aqui é a de que, em todos estes trabalhos, podemos detectar uma *perspectiva ou atitude original* de Alves dos Santos perante as experimentações laboratoriais e os respectivos resultados, atitude original que a designação de *experimentalismo crítico*, utilizada por Sílvia Lima, apreende num dos seus aspectos principais, resultante do facto de Alves dos Santos conhecer e, por conseguinte, avaliar criticamente as limitações, lacunas e problemas da "psicologia científica dos estados e conteúdos da consciência".

Mas a designação de *experimentalismo crítico* não abrange outros aspectos característicos e igualmente significativos da posição de Alves dos Santos. Com efeito, quer pelo enquadramento teórico dos problemas de origem ou do "ponto de partida", quer pela metodologia utilizada complementarmente aos aparelhos de medida, quer pela interpretação integradora dos resultados, as investigações de Alves dos Santos evitaram dois *erros* ou *desvios* que a Psicofísica e, genericamente, a Psicologia experimental do século XIX, no seu conjunto, cometeram, erros ou desvios que designamos por *dessubjectivação do psiquismo* e por *isolacionismo dos processos psíquicos* (Abreu, 1978).

Alves dos Santos não separou nem isolou os fenómenos psicológicos analisados e medidos, dos restantes processos

psíquicos e, sobretudo, integrou-os, ao interpretá-los, na personalidade global dos observandos, de que são manifestação reveladora. Trata-se, em suma, de um *experimentalismo clínico*, em que o sujeito não é "neutralizado", "silenciado" ou "afastado", como sucedeu nas experiências de Psicofísica (Abreu, 1978) que, tendo possibilidade de utilizar certas medidas dos limiares sensoriais como "indicadores objectivos da personalidade dos sujeitos" (ou índices da sua maneira de lidar com as situações), preferiu modificar a metodologia utilizada para obter outras medidas, consideradas menos "penetráveis" às variáveis próprias dos sujeitos (Thurstone, 1948). É conhecida a posição que Binet (1903) tomou a este respeito e a maneira como contrariou esta característica da "Psicologia científica dos estados e conteúdos da consciência", o que fez dele um dos precursores do actual "behaviorismo subjectivo" (Miller, Galanter & Pribram, 1960).

A posição do experimentalismo clínico de Alves dos Santos é muito semelhante à posição proposta e praticada por Binet. Veja-se, a título meramente ilustrativo, o que Alves dos Santos afirmou no início de *Psicométrica da atenção*:

... medir a atenção é avaliar a capacidade de adaptação, de concentração, de resistência, de equilíbrio, de serenidade, de imperturbabilidade, de consciência. Já dissemos que a atenção é um índice do esforço do indivíduo; o principal indicador das possibilidades e das eficiências da sua vida de relação; a melhor e a mais segura e infalível revelação do seu carácter (Santos, 1923, p. 70).

No "Estudo científico do trabalho mental", esta mesma atitude perante os processos psíquicos analisados é explicitada:

Temos, porém, um intuito especial, análogo ao que nos moveu, em as nossas experiências sobre a atenção, e vem a ser de conhecer, além das leis, que genericamente regem o trabalho mental, como forma de actividade orgânica, a maneira particular de comportamento de cada um, em relação a esse mesmo trabalho. [...] tudo no intuito de averiguar a fórmula sistemática da personalidade, isto é, as características biopsíquicas que definem e constituem, tanto sob o ponto de vista da organização somática como sob o aspecto da formação psíquica, o indivíduo que observamos (Santos, 1923, pp. 100-101).

Não admira, pois, que a metodologia utilizada para a medida fosse complementada por um questionário ou processo

destinado a provocar, por meio de auto-análises psíquicas ou introspecções, a reconstituição dos estados de consciência de cada um durante o exercício (Santos, 1923, p. 114).

Poderíamos multiplicar as referências em que esta posição de Alves dos Santos é identificável. Dada a sua relevância, vamos citar apenas a que se encontra logo no início do estudo sobre a análise quantitativa e qualitativa da memória:

A mnemometria; ou a medida da memória, pela análise quantitativa e qualitativa das suas operações fundamentais, pode dizer-se que, entre as preocupações do Laboratório, tem sido uma das maiores, senão a maior. Os motivos são fáceis de conjecturar, desde que se reflecta sobre o complexo sistema de relações que se

verifica existir entre a função mnésica e todos os outros elementos essenciais da vida de relação, cuja mais perfeita síntese se revela na personalidade.

De facto, como é óbvio, esta, nem sequer se poderá conceber independentemente da memória. Pois não é precisamente a memória, que torna possível e inteligível a unidade e a identidade do eu? De modo que estudar a memória é, o mesmo que examinar, ex radice, não somente as condições, como até os próprios fundamentos de toda a dinâmica neuro-psíquica do indivíduo (Santos, 1923, pp. 165-166).

Pelo que ficou dito, que é muitíssimo pouco, julgamos ter mostrado que a obra de Alves dos Santos merece ser retirada de vez da "arca do sótão" e sacudida do pó do esquecimento nacional. Merece ser objecto de análise exaustiva. O que aqui dissemos constitui apenas uma breve lembrança e um apelo.

A terminar, impõe-se-nos a formulação de uma pergunta: como foi possível que uma obra válida, que, no nosso país, foi sem dúvida inovadora, abrindo caminhos da investigação experimental no campo novo da Psicologia, não teve continuadores imediatos? Como é que ficou sem prolongamentos frutuosa, envolta num esquecimento imerecido?

Pensamos ter identificado algumas razões desta situação que não envolveu apenas a obra do fundador do primeiro Laboratório de Psicologia em Portugal mas a de muitos outros investigadores universitários. Uma delas, se não mesmo a principal, reside na falta de colaboradores e na ausência de uma "equipa de trabalho", susceptíveis de garantirem a continuidade dos esforços, dos métodos e da linha de produção científica. Alves dos Santos foi, como muitos outros na Universidade, um *investigador isolado*, sem adequadas condições de trabalho e sem possibilidade de constituir uma equipa. As críticas, por indiferença ou por inveja, a maledicência e a desvalorização sistemáticas de tudo quanto é "produzido em Portugal", com a correspondente hipervalorização do que vem do exterior, constituem outras razões suplementares para uma situação que persiste e que importa identificar para esconjurá-la de vez.

Hoje, felizmente, já somos em maior número a trabalhar em Psicologia, mas nas Universidades Portuguesas as equipas são ainda raras e, quando existem, têm pequena dimensão. E se quisermos aprender com as *lições do passado*, depois de termos identificado algumas *raízes do presente*, temos de investir muito mais em recursos humanos e em estruturas de investigação como condição indispensável de garantir um *futuro de sucesso* para a Psicologia em Portugal. Este é o nosso desafio. Vamos vencê-lo!

REFERÊNCIAS (*)

Abreu, M.V. (1978). Alfred Binet, precursor do behaviorismo subjectivo. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XII, 1-52.

(*) Como se poderá verificar, muitas das referências não são citadas ao longo do texto que as precede. Todavia, a sua inclusão justifica-se pelo inegável valor histórico que possuem e pelo facto de constituírem importante material de consulta.

- Abreu, M.V. (1979). *Questões de psicologia e pedagogia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Abreu, M.V. (1987). Le psychisme, l'individu et son monde. In M. Siguan, *Comportement, cognition, conscience - Lapsychologie à la recherche de son objet*. Paris, P.U.F..
- Alves dos Santos, A. vide Santos, A.J.A..
- Binet, A. (1903). *L'étude expérimentale de l'intelligence*. Paris: Alfred Costes Éditeur.
- Binet, A. et Simon, Th. (1911; 1963). *La mesure du développement de l'intelligence chez les jeunes enfants*. Paris: Ed. Bourrellier.
- Costa Ferreira, A.A. vide Ferreira, A.A.C..
- Faria de Vasconcelos, A. vide Vasconcelos, A.F.
- Ferreira, A.A.C. (1916). *Sobre umas provas de exame da atenção voluntária visual*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Ferreira, A.A.C. (1916). *A agudeza visual e auditiva de baixo do ponto de vista pedagógico*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Ferreira, A.A.C. (1919). A arte de educar e a psicologia experimental. *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*.
- Ferrière, A. (1915) *Préface*. In A. F. Vasconcelos, *Une école nouvelle en Belgique*. Neuchatel: Delachaux & Niestlé S.A..
- Foucault, M. (1901). *La psychophysique*. Paris: Félix Alcan.
- Kostyleff, (1911). *La crise de la psychologie expérimentale*. Paris: s.edit.
- La Vaissière, J. (1912). *Eléments de psychologie expérimentale*.
- Lima, S. (1949). A Psicologia em Portugal. *Biblos*, Vol. XXV. 277-285.
- Machado, L.S. (1949). Adolfo Coelho e o seu labor pedagógico. *Biblos*, Vol. XXV, 228-275.
- Marques, J.H.F. (1986). Apresentação da obra de Faria de Vasconcelos. In A. F. Vasconcelos, *Obras Completas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Matos Romão, J.A. vide Romão, J.A.M..
- Miller, G., Galanter, E. & Pribram, K. *Plans and the structure of behavior*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Oliveira, A.M. (1986). *Delimitação do problema psicofísico*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Oliveira, A.M. (1989). Nota de leitura de *Obras Completas* de Faria de Vasconcelos. *Psychologica*, 2.
- Romão, J.A.M. (1933). Goethe e a teoria das cores. *Revista Portuguesa da Faculdade de Letras*, Tomo I (separata).
- Romão, J.A.M. (1938). Arthur Guillaume Christiaens e a orientação profissional na Bélgica. *Boletim do Instituto de Orientação Profissional*, 26 (separata).
- Romão, J.A.M. (1942) *Alguns aspectos da evolução dos estudos filosóficos na Faculdade de Letras de Lisboa*. Coimbra (separata).
- Santos, A.J.A. (1906). *Estatística (numérica e gráfica) das escolas da 2ª circunscrição escolar*. Lisboa: Edição oficial.
- Santos, A.J.A. (1910). *A nossa escola primária (o que tem sido, o que deve ser)*. Porto.
- Santos, A.J.A. (1913). *Psicologia e pedagogia: uma missão científica no estrangeiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Santos, A.J.A. (1913). *O ensino primário em Portugal nas suas relações com a história geral da nação*, Porto.
- Santos A.J.A. (1915; 1918). *Elementos de filosofia científica*. Coimbra: Moura Marques.
- Santos, A.J.A. (1917). *O "crescimento" da criança portuguesa. Subsídios para a constituição duma pedagogia nacional*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Santos, A.J.A. (1919). *Educação Nova - As bases. Vol. I - O corpo da criança*. Paris - Lisboa: Liv. Aillaud e Bertrand.
- Santos, A.J.A. (1921). *Um plano de reorganização do ensino*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Santos, A.J.A. (1923). *Psicologia experimental e pedagogia (Trabalhos observações e experiências realizadas no Laboratório)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Thurstone, L.L. (1948). Les méthodes psychophysiques. In Andrews, T.G. (Ed.) *Methods of Psychology*. New York: J. Wiley and Sons, Inc. (tr. fr. *Méthodes de la Psychologie*. Paris: P.U.F., 1952).

Vasconcelos, A.F. (1915). *Une école nouvelle en Belgique*. Neuchatel: Delachaux & Niestlé Éditeurs.

Vasconcelos, A.F. (1924). *Lições de Psicologia Geral - Curso professado na Faculdade de Letras*. Lisboa: Liv. Editora Guimarães & Ca.

Vasconcelos, A.F. *Obras Completas*. Vol. I (1900-1909), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Wertheimer, M. (1912). Experimentelle Studien über das Sehen von Bewegung. *Z. Psychologische*, 61, 161-265.

Watson, J.B., Psychology as a behaviorist views it. *Psychological Review*, 20, 158-177.

ABSTRACT

THE FIRST LABORATORIES OF PSYCHOLOGY IN PORTUGAL: HISTORICAL CONTEXT AND MEANING OF ITS FOUNDATION

The first laboratories of Psychology in Portugal were created at the University of Coimbra by Alves dos Santos (1912) and at the University of Lisbon by Matos Romão (1930). The Laboratory of Experimental Psychology of the University of Coimbra was founded in the context of the reform of the University enacted in the beginning of the First Republic. The Laboratory was equipped and started its activities during the 1912-1913

school year, largely through the initiative of Professor Alves dos Santos.

Besides reviewing the historical documents related to the Laboratory's foundation, the author describes its main goals and some of the research programmes it supported, thus picturing Alves dos Santos' concerns and interests in the light of the theoretical and methodological context of the scientific psychology of mental life.

RESUMÉ

LES PREMIERS LABORATOIRES DE PSYCHOLOGIE AU PORTUGAL: CONTEXTE ET SIGNIFICATION HISTORIQUES

Les premiers laboratoires de Psychologie Expérimentale ont été créés au Portugal par Alves dos Santos à l'Université de Coimbra, en 1912, et par Matos Romão, à l'Université de Lisbonne, en 1930, suite à la réforme des études universitaires (1911), promulguée par le premier gouvernement du nouveau régime de la République Portugaise. Au Laboratoire de Psychologie de l'Université de Coimbra, les activités de recherche ont commencé à la fin de l'année de 1912, par l'action du Prof. Alves dos Santos, alors chargé du nouveau cours de Psychologie Expérimentale. Au delà de la référence à des documents concernant cette création, on mentionne quelques travaux de recherche y réalisés, lesquels illustrent le contexte théorique et méthodologique de la psychologie scientifique de cette période de transition.

ASSINE

O

JORNAL DE PSICOLOGIA

PSICOLOGIA CLÍNICA: ESTADO ACTUAL E PERSPECTIVAS DE FUTURO

ÓSCAR F. GONÇALVES (*)

UNIVERSIDADE DO MINHO

No decurso das últimas décadas assistiu-se a uma progressiva aproximação entre tendências gerais da investigação em psicologia e as metodologias clínicas de intervenção. No centro desta aproximação estão quatro importantes tendências da psicologia contemporânea: a revolução cognitiva, as perspectivas sistémicas, as teorias do desenvolvimento e as perspectivas da vinculação e das relações objectais. O presente artigo faz referência a cada uma destas tendências, salientando as suas implicações clínicas e exemplificando com alguns dos programas de investigação/intervenção clínica realizados em Portugal.

INTRODUÇÃO

No despontar da psicologia como disciplina autónoma, William James (1890) alertava para o facto de não sermos ainda uma ciência, mas "simplesmente a esperança de uma ciência". Setenta anos mais tarde, Paul Meehl (1960), advertia, mas desta vez referindo-se já à psicologia clínica, que esta consistia ainda na aplicação de uma ciência inexistente. Hoje, um século volvido sobre as proféticas palavras de William James e 30 anos depois das advertências de Paul Meehl, consideráveis mudanças ocorreram na psicologia como ciência e como prática clínica. As esperanças da psicologia como ciência foram consumadas ao longo de um século de assinaláveis contribuições para o desenvolvimento do conhecimento humano. No decurso deste processo, a psicologia não só se afirmou como ciência autónoma, como contribuiu de um modo inquestionável para a reformulação do próprio conceito de ciência na direcção de uma perspectiva mais construtivista e crítica por contraposição às mais tradicionais perspectivas positivistas e justificacionistas (Popper, 1972). Como recentemente assinalava Mahoney (1989a), é hoje em dia

impossível separar o conhecimento humano dos processos do conhecimento humano e do sujeito desse conhecimento (p. 138).

A fundamentação científica da psicologia clínica, bem como de outras áreas da psicologia aplicada, seguiu no entanto um processo mais complexo e tortuoso. É habitualmente reconhecida a *decadência* existente entre conhecimento e prática, entre investigação científica e aplicações clínicas. Os clínicos

queixam-se habitualmente da pouca relevância da investigação mais básica e académica, ao passo que os primeiros veem as práticas dos segundos como deficientemente fundamentadas pelos dados da investigação básica. Um exemplo claro da tensão essencial existente entre clínicos e investigadores ocorreu com a recente cisão verificada na *Associação Americana de Psicologia*, que, ao rejeitar o projecto da sua reorganização, conduziu a um novo cisma na psicologia americana fazendo com que um considerável número de investigadores a abandonassem para se organizarem em torno da recém criada *Sociedade Americana de Psicologia*, por contraposição à acentuação profissional da *Associação Americana de Psicologia* (c.f., Mahoney, 1989b).

Aqueles de nós que somos simultaneamente investigadores e clínicos sentimo-nos repartidos em face deste cisma. Por um lado, sentimos na prática diária da clínica a irrelevância de grande parte da investigação mais fundamental, por outro lado vemos constantemente na necessidade de procurar uma legitimação para as práticas que mais ou menos tentativamente vamos ensaiando no cenário idiossincrático do acto clínico. Este paradoxo vivido pelo clínico-investigador, assemelha-se de algum modo à crise de relativismo ou solidão epistemológica experimentada nos movimentos conceptuais dos adolescentes (Chandler, 1975).

Se é certo que este paradoxo entre investigadores e clínicos está, cremos, dependente de uma nova conceptualização quer de ciência quer de clínica, o modelo do psicólogo como clínico-investigador, avançado nalguns países, parece-nos ser uma meritória tentativa para ultrapassar este paradoxo. Resta no entanto esclarecer a questão de saber *que clínico e que investigador*?

A última metade do nosso século assistiu à tentativa dos psicólogos para legitimarem cientificamente as formulações e práticas clínicas. Se bem que inicialmente inspirados pelo entusiasmo empiricista dos comportamentalistas (Watson & Rayner, 1920), é certo que os esforços de investigação e legitimação laboratorial das práticas clínicas se estenderam às mais diversas perspectivas, tais como a psicanálise e as teorias humanistas. Relembrem-se, a título de exemplo, as investigações de Lloyd Silverman sobre os efeitos psicodinâmicos de mensagens subliminares (c.f., Silverman & Weinberger,

1985), bem como as meritórias tentativas de Wexler para conceptualizar as perspectivas experienciais e humanistas no quadro das investigações sobre processamento da informação (c.f., Wexler & Rice, 1974).

Em nossa opinião, a última década testemunhou uma maior aproximação entre tendências gerais da investigação em psicologia e as metodologias clínicas de intervenção. Sem procurar ser exaustivo, parece-nos que no centro desta aproximação estão quatro importantes tendências da psicologia contemporânea: a *revolução cognitiva*; as *perspectivas sistémicas*; as *teorias do desenvolvimento*; e as *perspectivas da vinculação e das relações objectais*.

De seguida faremos uma referência, ainda que necessariamente breve, a cada uma destas tendências, realçando as suas implicações clínicas e exemplificando com alguns dos programas de investigação/intervenção clínica realizados em Portugal.

A REVOLUÇÃO COGNITIVA

A revolução cognitiva foi talvez o acontecimento mais marcante de todos quantos viveu a psicologia no decurso das últimas décadas. Em 1956, George Miller publicava o seu famoso artigo *The Magic Number Seven, plus or minus Two: Some Limits on our Capacity for Processing Information*. Este artigo constituiu parte de uma contribuição a um simposium realizado no M.I.T. em Setembro de 1956 sobre processamento de informação e em que se reuniam nomes como os de Allen Newell, Herbert Simon, Noam Chomsky e George Miller. Este acontecimento marca, para vários autores, o início da revolução cognitiva, uma revolução que cedo se generalizou aos vários domínios da psicologia e cujos verdadeiros limites estão ainda por vislumbrar (c.f., Gardner, 1987).

A revolução cognitiva cedo encontrou na clínica um terreno fértil para a sua implantação e desenvolvimento (c.f., Mahoney, 1974; 1977). Estudos recentes apontam para a crescente popularidade das abordagens cognitivistas entre clínicos e terapeutas (c.f., Mahoney & Craine, 1989; Mahoney, Norcross, Prochaska & Missar, no prelo). No entanto, as abordagens cognitivistas não só cresceram de popularidade como evoluíram no sentido de uma progressiva diferenciação, desde modelos bastante próximos do condicionamento até modelos de inspiração construtivista (c.f., Gonçalves, 1989; Mahoney & Lyddon, 1988).

A crescente popularidade da revolução cognitiva encontrou rapidamente eco nos clínicos portugueses. Portugal acolheu em 1989, pela mão do Prof. Joyce-Moniz e da Área de Psicoterapia e Aconselhamento da Faculdade de Psicologia de Lisboa, a realização do *First European Meeting of Cognitive Behavioral Therapies*. Em 1988, eu próprio tive a honra de presidir em Lisboa à *First European Summer School of Cognitive Therapy* patrocinada pela Associação Portuguesa de Terapias Comportamental e Cognitiva. É ainda de assinalar a existência de uma associação científica e profissional voltada especificamente para as abordagens clínicas de inspiração cognitiva - a *Associação Portuguesa de Terapias Comportamental e Cognitiva*.

Como seria de esperar vários têm sido os clínicos portugueses preocupados com a investigação acerca dos processos cognitivos em psicologia clínica. Sem ser exaustivo

gostaria de nomear os seguintes projectos de investigação/intervenção:

(1) os trabalhos coordenados pelo Dr. Américo Baptista do Hospital Júlio de Matos e pela Prof. Luísa Figueira da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, acerca dos factores cognitivos e do tratamento dos estados de pânico, ansiedade e evitamento (c.f., Baptista, 1988a; 1988b; Baptista & Figueira, 1988).

(2) Os trabalhos coordenados pelo Profs. Luís Joyce-Moniz e Adelina Lopes da Silva, acerca dos processos cognitivos e desenvolvimentais em sectores clínico-educacionais, de saúde mental e de saúde física (c.f., Joyce-Moniz, 1986).

(3) Os trabalhos coordenados pelo Prof. Simões da Fonseca, da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, acerca dos processos cognitivos em vários tipos de disfuncionamento psicológico (c.f., Fonseca, Fonseca, Horta, Costa, Ouakinn & Fonseca, 1988).

(4) Os trabalhos coordenados pelo Prof. Vaz-Serra das Faculdades de Medicina e de Psicologia da Universidade de Coimbra acerca do auto-conceito e dos processos de coping em situações de *stress* e ansiedade (c.f., Vaz-Serra, 1986; 1987).

(5) Os trabalhos coordenados por mim próprio, primeiro na Universidade do Porto e actualmente na Universidade do Minho, acerca da representação metafórica de narrativas pessoais na agorafobia e da utilização da metáfora em terapia cognitiva (c.f., Gonçalves & Craine, no prelo; Gonçalves, Henriques, Mascarenhas & Lima, 1989).

(6) Por último, os trabalhos coordenados pelo Dr. José Cruz e pelo Prof. Artur Mesquita da Universidade do Minho acerca dos processos cognitivos em situações de *stress* e ansiedade de realização (c.f., Cruz, 1989).

AS PERSPECTIVAS SISTÉMICAS

As perspectivas sistémicas, surgidas na década de 50, vieram igualmente alterar radicalmente as formulações conceptuais e clínicas dos psicólogos. O indivíduo passou a ser visto como um sistema aberto resultante de uma interacção entre elementos das complexas redes de sistemas que sustentam a organização social. O fulcro da intervenção dos psicólogos passou a situar-se nos elementos comunicacionais determinantes da organização sistémica.

Não resta qualquer dúvida que a popularidade do paradigma sistémico se deve em grande parte aos trabalhos de Gregory Bateson acerca da natureza da comunicação e das suas implicações clínicas e terapêuticas. Sob a inspiração e coordenação de Gregory Bateson surge a instituição paradigmática do movimento sistémico - o *Mental Research Institute* de Palo Alto na Califórnia - por onde vão passar nomes como Haley, Weakland, Jackson, Whitaker e Watzlawick.

Tal como havia já acontecido com a revolução cogniti-

(*) Professor Auxiliar da Universidade do Minho e Coordenador do Serviço de Consulta Psicológica e Desenvolvimento Humano desta Universidade.

A Correspondência relativa a esta comunicação deverá ser enviada para: Óscar F. Gonçalves, Serviço de Consulta Psicológica e Desenvolvimento Humano, Universidade do Minho, R. Abade da Loureira, 4700 Braga.

va, as perspectivas sistémicas não só multiplicaram a sua popularidade como conduziram a uma diversificação de ideologias e práticas clínicas. Nomes como os de Milton Erikson, Jay Haley, Watzlawick, Selvini-Palazzoli, Bowen e Ackerman determinam outras tantas tradições das práticas clínicas sistémicas.

Embora as perspectivas sistémicas tenham implicações para o trabalho clínico individual, grupal, organizacional e comunitário, é no contexto das conceptualizações e práticas da terapia familiar que mais se tem feito sentir a influência sistémica.

Também em Portugal as perspectivas sistémicas cresceram rapidamente de popularidade entre clínicos provenientes de várias ideologias terapêuticas. Em 1977, pela mão do Prof. Pina Prata, da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, são organizados os primeiros cursos intensivos de terapia familiar. Em 1979 é criada a *Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar* promovida, entre outros, pelo entusiasmo do Prof. Daniel Sampaio e do Dr. José Gameiro. Alguns anos mais tarde nasce sob a coordenação do Prof. Pina Prata, uma nova Associação - a *Associação Portuguesa de Terapia Familiar e Comunitária* - que acolhe a realização em Lisboa de um importante encontro europeu desta temática. Em 1982 surge o *Instituto de Terapia Familiar* e as acções de formação clínica multiplicam-se um pouco por todo o país.

Embora nesta fase de desenvolvimento das perspectivas sistémicas em Portugal a urgência da formação e intervenção tenham ganho prioridade sobre a componente de investigação, parece-nos de salientar os seguintes projectos com preocupações mútuas de prática clínica e de investigação:

(1) Os trabalhos coordenados pelo Prof. Daniel Sampaio quer no contexto da Faculdade de Medicina de Lisboa quer no da Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar (c.f., Sampaio & Gameiro, 1985).

(2) Os projectos coordenados pelo Prof. Pina Prata no âmbito da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa e da Associação Portuguesa de Terapia Familiar e Comunitária.

(3) Os trabalhos coordenados pelo Profs. Amaral Dias e Paula Relvas realizados no contexto da Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra (c.f. Relvas, 1989).

(4) Os projectos de investigação e intervenção coordenados pelo Prof. Cândido da Agra realizados no Centro de Comportamento Desviante da Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto (c.f., Agra, 1986a; 1986b).

(5) Finalmente, os projectos coordenados pelo Profs. Eurico de Figueiredo e Manuela Fleming no âmbito do Hospital Magalhães Lemos e no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto (c.f., Fleming, Figueiredo, Maia, Sousa, 1987).

TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

À semelhança daquilo que aconteceu com a psicologia

cognitiva e com a teoria dos sistemas, também as teorias do desenvolvimento psicológico adquiriram estatuto de disciplina prioritária na conceptualizações e práticas dos psicólogos. Este movimento, inicialmente protagonizado na Europa pelos trabalhos construtivistas de raiz cognitivista de Jean Piaget, cedo se generalizaram conduzindo a uma proliferação de teorias e abordagens de que são exemplo, entre outras, as teorias de desenvolvimento moral de Kohlberg, desenvolvimento social de Selman, desenvolvimento egoico de Loevinger, desenvolvimento metafísico de Broughton, desenvolvimento do auto-conhecimento de Weinstein e Alshuler, e desenvolvimento dialéctico de Basseches.

Esta dispersão reflecte por um lado a popularidade dos contributos desenvolvimentais, mas chama igualmente a atenção de que não estamos mais em presença de uma abordagem singular de desenvolvimento, mas sim de uma multitude de perspectivas de difícil conciliação paradigmática (c.f., Broughton, 1987).

A influência das teorias de desenvolvimento na abordagem clínica, embora anunciada com os trabalhos de Melvin Weimer (1975) acerca das contribuições Piagetianas para a psicoterapia, só viria a ter real expressão, no decurso da última década, através dos trabalhos de, entre outros: Ivey (e.g., Ivey, 1986; Ivey & Gonçalves, 1987; 1988; Ivey, Gonçalves & Ivey, 1989); Guidano e Liotti (e.g., Guidano, 1987; Guidano & Liotti, 1983); Kegan (1982); Mahoney (no prelo); Joyce-Moniz (1985; 1988; 1989); Leva (1984); e Carlson (1988).

As abordagens clínicas desenvolvimentais resultam habitualmente de dois caminhos diferentes mas convergentes (Gonçalves, 1989a). Por um lado, algumas destas propostas nascem de uma evolução construtivista das terapias comportamentais e cognitivas (e.g., Guidano, Mahoney, Joyce-Moniz); por outro lado outros aparecem como a operacionalização clínica mais directa de algumas teorias do desenvolvimento (e.g., Ivey, Kegan, Leva, Carlson).

Em Portugal, as contribuições das teorias do desenvolvimento, ao inspirarem o trabalho das unidades de *Psicoterapia e Aconselhamento* da Faculdade de Psicologia de Lisboa e o *Serviço de Consulta Psicológica e Orientação Vocacional* da Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto, vieram trazer uma acentuada vertente desenvolvimental para a formação, prática e investigação dos psicólogos portugueses (Gonçalves, no prelo).

Só a título de exemplo salientamos o facto de no Verão de 1988, Portugal ter acolhido a realização de dois importantes encontros clínicos internacionais em que o desenvolvimento psicológico foi a temática escolhida. Lisboa acolheu a realização da *First European Summer School of Cognitive Therapy* dedicada às perspectivas desenvolvimentais em terapia cognitiva enquanto que no Porto decorria o *International Meeting on Counseling Psychology*, dedicado à problemática do desenvolvimento humano.

Dos vários exemplos que poderiam ser dados acerca de projectos de intervenção/investigação nesta perspectiva, parece-nos serem de realçar os seguintes:

(1) O trabalho coordenado pelo Profs. Joyce-Moniz e Adelina Lopes da Silva da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, no domínio das contribuições desenvolvimentais para as terapias comportamentais e cognitivas em vários grupos etários e junto de vários

tipos de populações clínicas (c.f., Joyce-Moniz, 1986; 1988).

(2) Os projectos de intervenção/investigação coordenados pelo Prof. Bártolo Campos da Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto, acerca das implicações clínicas e educacionais do desenvolvimento pessoal e interpessoal de jovens e adultos (c.f., Campos, 1989; ver também nº 1, 2, 3, 4, 5 dos *Cadernos de Consulta Psicológica*).

(3) Finalmente, os trabalhos coordenados por mim próprio na Universidade do Minho acerca do desenvolvimento do auto-conhecimento em populações clínicas e contextos terapêuticos (c.f., Gonçalves, 1986; Gonçalves, 1989b; Gonçalves & Machado, 1989; Machado & Gonçalves, 1989).

PERSPECTIVAS DA VINCULAÇÃO E DAS RELAÇÕES OBJECTAIS

Gostaria agora de me referir a um híbrido de contribuições que têm como factor comum o ênfase colocado nos factores relacionais precoces e na sua contribuição para o desenvolvimento do indivíduo numa direcção adaptativa ou patológica.

Em primeiro lugar, as teorias de John Bowlby (1969) acerca da importância dos factores emocionais nos processos de vinculação desencadearam grande entusiasmo com a investigação dos processos de vinculação e separação ao longo do ciclo de vida humano em que se destacam, entre outros, os trabalhos de M. Maine, M. Ainsworth, e K. Grossman. As implicações clínicas das desordens de vinculação têm sido particularmente exploradas nos trabalhos de Belsky e Nezworsky (1987) e Guidano e Liotti (1983).

Em segundo lugar, as investigações de T. Brazelton (1981) acerca dos processos relacionais e comunicacionais no recém-nascido chamaram a atenção para a centralidade dos mecanismos comunicacionais no desenvolvimento do recém-nascido.

Uma terceira contribuição resulta de trabalhos de inspiração mais psicodinâmica acerca da importância das relações objectais precoces e da sua representação no desenvolvimento dos indivíduos. Estes trabalhos, de que foram pioneiros os primeiros teóricos das relações objectais tais como M. Klein, D. Winnicott e M. Mahler, foram mais recentemente enriquecidos pelas contribuições inovadoras da H. Kohut, O. Kernberg, J. Masterson e E. Jacobson.

Em Portugal várias contribuições têm sido dadas para a investigação das implicações clínicas das perspectivas da vinculação e das relações objectais. Destacaremos algumas delas:

(1) Os trabalhos coordenados pela Prof.^a Rita Mendes Leal da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa acerca das implicações clínicas das relações entre elaboração simbólica e factores relacionais (c.f., Leal, 1989).

(2) O projecto de investigação coordenado pelo Professor Gomes-Pedro da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, acerca dos mecanismos relacionais e

comunicacionais no recém-nascido (c.f., Gomes-Pedro, 1982).

(3) O projecto de investigação da Prof.^a Isolina Borges da Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto, acerca da organização do objecto e da organização simbólica no desenvolvimento infantil (c.f., Borges, 1983).

(4) Finalmente, o projecto de investigação da Dr.^a Isabel Soares da Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto, acerca da representação da relação de vinculação dos adolescentes com as mães numa perspectiva intergeracional (c.f., Soares & Campos, 1989).

CONCLUSÃO

Ao concluir, gostaria de salientar aquele que nos parece ser o fenómeno mais significativo do itinerário epistemológico da psicologia clínica contemporânea.

As contribuições recentes da revolução cognitiva, das perspectivas sistémicas, das teorias do desenvolvimento e das teorias da vinculação e das relações objectais a que acabamos de fazer referência, parecem confluir entre si num movimento de integração epistemológica, em claro contraponto com o dogmatismo maniqueísta que caracterizou a proliferação inicial de ideologias e práticas clínicas. No primeiro quartel deste século, comportamentalistas e psicanalistas partiram para uma longa viagem exploratória por caminhos e terras distantes. As fronteiras ideológicas e os muros epistemológicos foram então claramente demarcados. Hoje, novas gerações regressam dessa viagem, enriquecidas por procuras diferentes, mas para quem a dicotomização faz já pouco sentido. Num momento em que noutros contextos caem outros muros, também as barreiras dogmáticas de escolas clínicas começam a ceder um pouco por todo o lado.

A abordagem eclética constitui hoje a escolha preferencial dos clínicos (c.f., Mahoney, 1989b). Surgiu recentemente a *Society for the Exploration of Psychotherapy Integration*, que reúne um número cada vez maior de psicólogos de diferentes orientações. Iniciou-se a publicação do *Journal of Integrative and Eclectic Psychotherapy* e outras novas publicações se perfilam. Em Portugal, um novo serralho de psicólogos clínicos junta-se para discutir abertamente as suas comunicações de conhecimento e ignorância. Aconteceu isso em 1987 quando a *Associação Portuguesa da Psicologia* promoveu o encontro entre diferentes associações clínicas, voltou a acontecer no decurso da 2ª Convenção da *Associação dos Psicólogos Portugueses* e ainda em Janeiro de 1989 no importante encontro promovido pela *Associação Portuguesa de Psicologia* sobre factores comuns em psicoterapia.

Talvez, no fundo, possamos estar agora no limiar da psicologia clínica como prática científica, ao reconhecer o carácter necessariamente transitório e exploratório das nossas investigações. Talvez que a imagem que possamos actualmente alimentar de nós próprios como clínicos seja semelhante aquela que um dia Isaac Newton deu de si próprio:

Não sei qual a imagem que o mundo tem de mim. A mim surjo como um rapaz que brinca à beira-mar. Divertia-me

a apanhar, aqui e ali, um seixo mais liso do que os outros, ou uma concha mais bela - enquanto o imenso oceano da verdade se estende perante mim, inescrutável (citado por Popper, 1988, p. 49).

REFERÊNCIAS

- Agra, C. (1986a). *Science, maladie mentale et dispositifs de l'enfance*. Lisboa: INIC.
- Agra, C. (1986b). Projecto de psicologia transdisciplinar do comportamento desviante e auto-organizado. *Análise Psicológica*, 3/4, (IV), 311-317.
- Baptista, A. (1988a). O programa de tratamento/investigação do síndrome de ansiedade-pânico-evitação no Serviço de Psicoterapia Comportamental. *Psicologia*, 6, 57-72.
- Baptista, A. (1988b). Processos cognitivos na psicoterapia das perturbações ansiosas. *Análise Psicológica*, 2, 211-224.
- Baptista, A., Figueira, M. L. (1988). Towards the integration of biologic, psychologic and social therapies in the treatment of anxiety disorders. *Acta Psiquiátrica Portuguesa*, 34, 17-33.
- Belsky, J. & Nezworski, M. T. (Eds.) (1987). *Clinical implications of attachment*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Borges, M. I. (1983). *A organização do objecto e os primeiros meses da criança*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss*. London: Hogarth Press.
- Brazelton, T. (1981). *On becoming a family: The growth of attachment*. N.Y.: Delacorte Press/Seymour Lawrence.
- Broughton, J. M. (Ed.) (1987). *Critical theories of psychological development*. N.Y.: Plenum.
- Campos, B. P. (1989). Consulta psicológica e desenvolvimento humano. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 4, 5-12.
- Carlsen, M. B. (1988). *Meaning-making: Therapeutic processes in adult development*. N.Y.: Plenum.
- Chandler, M. J. (1975). Relativism and the problem of epistemological loneliness. *Human Development*, 18, 171-180.
- Cruz, J. F. (1989). Processos cognitivos e afectivos da ansiedade nos testes escolares: Um estudo exploratório ao longo do ciclo de realização. In J. F. Cruz, R. A. Gonçalves & P. P. Machado (Eds.), *Psicologia e Educação: Investigação e intervenção*. Porto: APPORT.
- Fleming, M., Figueiredo, E., Maia, A., & Sousa, A. (1987). Insucesso escolar e auto-avaliação na adolescência. *Psicologia*, 5, 289-297.
- Fonseca, J. S., Fonseca, I. B., Horta, M. P., Costa, N. F., Ouakinin, S., & Fonseca, J. B. (1988). A system's theoretical approach to a model for human adaptation processes. *Acta Psiquiátrica Portuguesa*, 34, 5-15.
- Gardner, H. (1987). *The mind new science*. N.Y.: Basic Books.
- Gomes-Pedro, J. (1982). *Influência no comportamento do recém-nascido do contacto precoce com a mãe*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, O. F. (1989a). The constructive-developmental trend in cognitive therapy. In O. F. Gonçalves (Ed.), *Advances in the cognitive therapies: The constructive-developmental approach*. Porto: APPORT.
- Gonçalves, O. F. (Ed.) (1989b). *Advances in the cognitive therapies: The constructive-developmental approach*. Porto: APPORT.
- Gonçalves, O. F. (no prelo). Counseling psychology in Portugal: A developmental approach to a developmental practice. *Australian Counseling Psychologist*.
- Gonçalves, O. F., & Craine, M. (no prelo). The use of metaphors in cognitive therapy. *Journal of Cognitive Psychotherapy*.

- Gonçalves, O. F., Henriques, M., Mascarenhas, C., & Lima, L. (1989). *A representação metafórica de narrativas pessoais na agorafobia*. (Relatório Preliminar de Investigação) Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.
- Gonçalves, O. F., & Machado, P. P. (1989). Do pensamento absolutista para o pensamento dialéctico através da terapia cognitiva. In J. F. Cruz, R. A. Gonçalves & P. P. Machado (Eds.), *Psicologia e Educação: Investigação e intervenção*. Porto: APPORT.
- Guidano, V. F. (1987). *Complexity of self*. N.Y.: Guilford.
- Guidano, V. F., & Liotti, G. (1983). *Cognitive processes and emotional disorders*. N.Y.: Guilford.
- Ivey, A. E. (1986). *Developmental therapy*. S. Francisco: Jossey-Bass.
- Ivey, A. E., & Gonçalves, O. F. (1987). Toward a developmental counseling curriculum. *Counselor Education and Supervision*, 26, 270-278.
- Ivey, A. E., & Gonçalves, O. F. (1988). Developmental therapy: Integrating developmental processes into the clinical practice. *Journal of Counseling and Development*, 66, 406-413.
- Ivey, A. E., Gonçalves, O. F., & Ivey, M. O. (1989). Developmental therapy: Theory and practice. In O. F. Gonçalves, (Ed.), *Advances in the cognitive therapies: The constructive developmental approach*. Porto: APPORT.
- James, W. (1989). *The principles of psychology*. N.Y.: Henry Holt.
- Joyce-Moniz, L. (1985). Epistemological therapy and constructivism. In M. J. Mahoney & A. Freeman (Eds.), *Cognition and psychotherapy*. N.Y.: Plenum.
- Joyce-Moniz, L. (1986). Perspectivas desenvolvimentistas em terapias cognitivas. *Psiquiatria Clínica*, 7, 117-125.
- Joyce-Moniz, L. (1988). Self-talk, dramatic expression and constructivism. In C. Perris, I. Blackburn & T. Perris (Eds.), *Handbook of cognitive psychotherapy*. Heidelberg: Springer-Verlag.
- Joyce-Moniz, L. (1989). Structures, dialectics and regulation of applied constructivism: From developmental psychopathology to individual therapy. In O. F. Gonçalves, (Ed.), *Advances in the cognitive therapies: The constructive developmental approach*. Porto: APPORT.
- Kegan, R. (1982). *The evolving self*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Leal, M. R. M. (1989). O fenómeno humano da relação dialógica. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 4, 91-96.
- Machado, P. P., & Gonçalves, O. F. (1989). Auto-conhecimento e padrões de ansiedade em atletas: Um estudo exploratório. *Jornal de Psicologia*, 8, (5), 3-8.
- Mahoney, M. J. (1974). *Cognition and behavior modification*. Cambridge, MA: Ballinger.
- Mahoney, M. J. (1977). Reflections on the cognitive-learning trend in psychotherapy. *American Psychologist*, 32, 5-13.
- Mahoney, M. J. (1989a). Participatory epistemology and psychology of science. In B. Gholson, W. R. Shadish, R. A. Neimeyer & A. C. Houts (Eds.), *Psychology of science: Contributions to metascience*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mahoney, M. J. (1989b). The future of scientific psychology: Implications for psychotherapy. In O. F. Gonçalves (Ed.), *Advances in the cognitive therapies: The constructive-developmental approach*. Porto: APPORT.
- Mahoney, M. J. (no prelo). *Human change processes*. N.Y.: Basic Books.
- Mahoney, M. J., & Craine, M. (1989). *Psychotherapists: Their views of human development, psychotherapy, and their own change over time*. Unpublished raw data, University of California, Santa Barbara.
- Mahoney, M. J., & Lyddon, W. L. (1988). Recent developments in cognitive approaches to counseling and psychotherapy. *Coun-*

- seling Psychologist*, 16, 190-234.
- Mahoney, M. J., Norcross, J. C., Prochaska, J. O., & Missar, C. D. (no prelo). Psychological development and optimal psychotherapy: Converging perspectives among clinical psychologists. *Journal of Integrative and Eclectic Psychotherapy*.
- Meehl, P. E. (1960). The cognitive activity of the clinician. *American Psychologist*, 15, 19-27.
- Popper, K. (1972). *Objective knowledge: An evolutionary approach*. Oxford, England: Clarendon Press.
- Popper, K. (1988). *Em busca de um mundo melhor*. Lisboa: Fragmentos.
- Relvas, A. P. (1989). Morte e luto na família: Uma abordagem sistémica. *Psicologia Clínica*, 1, 49-59.
- Sampaio, D., & Gameiro, J. (1985). *Terapia familiar*. Porto: Afrontamento.
- Silverman, L. H., & Weinberger, J. (1985). Mommy and I are one: Implications for psychotherapy. *American Psychologist*, 40, 1296-1308.
- Soares, I., & Campos, B. P. (1989). Vinculação e autonomia na relação do adolescente com os pais. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 4, 57-64.
- Vaz-Serra, A. (1986). A importância do auto-conceito. *Psiquiatria Clínica*, 7, 57-66.
- Watson, J. B., & Rayner, R. (1920). Conditioned emotional responses. *Journal of Experimental Psychology*, 3, 1-14.
- Wexler, D. A., & Rice, L. N. (Ed.) (1974). *Innovations in client-centered therapy*. N.Y.: Wiley.

ABSTRACT

CLINICAL PSYCHOLOGY: CURRENT STATE AND FUTURE TRENDS

During the last decades we have witnessed an increasing conciliation between the trends of psychological research and methodologies of clinical intervention. In the core of this conciliation there are four central themes of contemporary psychology: cognitive revolution, systemic perspectives, developmental theories, attachment and object relations theory. This article describes each one of these themes emphasizing their clinical implications and illustrating with research/intervention programs from Portuguese clinical psychology.

RÉSUMÉ

PSYCHOLOGIE CLINIQUE: LE PRÉSENT ET L'AVENIR

Au long des dernières décades on s'est confronté à une progressive approximation entre les tendances générales de la recherche en psychologie et les méthodologies cliniques de l'intervention. Au centre de cette approximation se trouvent quatre tendances importantes de la psychologie contemporaine: l'évolution cognitive, les perspectives systémiques, les théories du développement et les perspectives issues de l'attachement et des relations d'objet. Cet article porte sur chacune de ses tendances, en relevant ses implications cliniques par rapport à quelques programmes de recherche/intervention menés au Portugal.

1. Devem ser enviadas três cópias (incluindo o original) do manuscrito, para o Director, Jornal de Psicologia, Rua das Taipas, 76 — 4000 PORTO.
2. Os manuscritos não devem, ordinariamente, ultrapassar as 12-15 páginas, dactilografadas a 2 espaços. Todas as páginas devem ser numeradas sequencialmente. Deve incluir-se um resumo em português, o título do artigo em inglês e em francês, um resumo em inglês (abstract) e em francês (résumé); os resumos devem ter aproximadamente 150 palavras. Quadros, figuras, resumo, abstract, résumé e referências bibliográficas devem ser dactilografadas em páginas separadas.
3. Da primeira página do manuscrito, devem constar as seguintes informações: a) Título do artigo; b) nome(s) e afiliação(ões) institucional(ais) do(s) autor(es); c) morada actual do(s) autor(es).
4. a) Os quadros devem ser numerados sequencialmente e devem ter título. Cada quadro deve constar de folhas separadas, e a sua localização aproximada deve ser indicada por uma linha do texto transcrita em separado (por exemplo: "O Quadro I entra aproximadamente depois da seguinte linha...").
b) Gráficos e outras figuras, também transcritos em folhas à parte, devem ser numeradas sequencialmente (ex.: fig. 1, fig. 2, etc.), e a sua localização deve ser indicada de forma idêntica à dos quadros. As figuras devem ser desenhadas a tinta da China e cuidadosamente legendadas.
c) Nos casos em que se justifique, o Jornal de Psicologia poderá solicitar ao(s) autor(es) uma participação nos custos de reprodução de gravuras.
5. As notas de rodapé, dactilografadas em separado, devem ser reduzidas ao mínimo, e numeradas sequencialmente, sendo publicadas no final do texto.
6. As referências devem ser citadas ao longo do texto (e não em rodapé), constando do nome do autor(es) seguido do ano da publicação entre parêntesis. Por exemplo: "como Piaget (1964) fez notar..." ou "Krohn e Laux (1981) concluíram que...".
A lista de referências bibliográficas deve ser organizada alfabeticamente, tendo o cuidado de sublinhar, respectivamente o: a) Título da revista onde foi publicado o artigo; b) Título do livro; c) Título do livro onde foi publicado o artigo; d) Título da comunicação. Exemplos:
a) Artigos de revista
Abrami, P., Leventhall, L., e Perry, R. (1982). Educational Seduction. *Review of Education Research*, 52, 446-464.
b) Livros
Garber, J., e Seligman, M. (1980). *Human Helplessness*. New York: Academic Press.
c) Artigos em livros
Dunklin, M. (1985). Research on teaching in higher education. In M. C. Wittrock (Ed.) *Handbook of research on teaching* (3rd ed.). New York: MacMillan.
d) Comunicações
Margh, H., e Overall, J. (1979). *Validity of students evaluations of teaching*. Comunicação apresentada no Encontro Anual da American Educational Research Association, San Francisco.
Em caso de dúvida, os autores deverão consultar o APA Publishing Manual, 3rd edition (1983).
7. São gratuitamente fornecidas ao(s) autor(es) duas cópias do número do jornal em que saiu o respectivo artigo e dez separatas do mesmo. Outras reimpressões dos artigos são fornecidas ao preço de custo mais encargos postais, se forem requisitadas quando o manuscrito é publicado.
8. Qualquer manuscrito que não obedeça às instruções acima referidas, é passível de ser devolvido para a necessária revisão antes de ser publicado.
9. Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos autores.
10. Após a sua publicação no J.P. os artigos ficam a ser propriedade deste.

UM MODELO DA ESTRUTURA COGNITIVA-VALIDAÇÃO DOS PARÂMETROS DA MEMÓRIA OPERATÓRIA

DUARTE COSTA PEREIRA

LEONOR LENCASTRE

CÉSAR ALVES

UNIVERSIDADE DO PORTO

Este é um estudo experimental de validação da estrutura de um aspecto da memória - a memória operatória (working memory) - de um modelo de estrutura cognitiva, já apresentado (Costa Pereira, et al., 1987).

Essa validação tem lugar através da realização de uma experiência de medição dos tempos de reacção ao reconhecimento das proposições que constituem um texto, tentando-se explicar a estrutura da memória operatória, que esses tempos revelam, através dos pressupostos e princípios do modelo de estrutura cognitiva e processamento de textos que se defende. A análise mostra que, de uma maneira geral, todos os casos podem ser explicados pela teoria que rege o modelo de processamento de textos proposto.

Apresentam-se ainda neste artigo as principais etapas de uma experiência para a validação de dois parâmetros do modelo que se supõe estarem directamente relacionados com a estrutura de memória operatória: número de proposições por ciclo de processamento e número de proposições do "buffer".

INTRODUÇÃO

A ideia desenvolvida neste estudo é a de que os tempos de reacção ao reconhecimento das proposições que constituem um texto, devem dar indicações relativamente aos níveis que essas proposições ocupam na memória operatória(1). Convém lembrar aqui, que segundo o modelo de processamento de textos que se defende (Costa Pereira, et al., 1987), a informação relativa a um ciclo de processamento(2), e que se encontra na memória operatória, é representada por uma árvore, com diferentes níveis, em que a proposição que ocupa o nível mais elevado se chama raiz.

A análise dos tempos de reacção permitiria ainda distinguir as proposições que constituem a memória operatória, das que formam a memória a longo prazo.

Espera-se, pela análise dos tempos de reacção, obter uma representação gráfica, do tipo apresentado na figura 1, com um ponto de inflexão que separa os tempos de reconhecimento das proposições que estão contidas na memória operatória (mais curtos) das proposições que formam a memória a longo prazo (mais longos).

Espera-se também que a distribuição dos tempos de reconhecimento nos dois patamares, dê indicações quanto à capacidade da memória operatória (um dos parâmetros do modelo) e a variação desses tempos indique a hierarquia das proposições na memória operatória.

Para testar o material, o dispositivo experimental e o procedimento idealizados na implementação desta ideia, realizaram-se três experiências piloto, com dois sujeitos voluntários, com características semelhantes às da amostra.

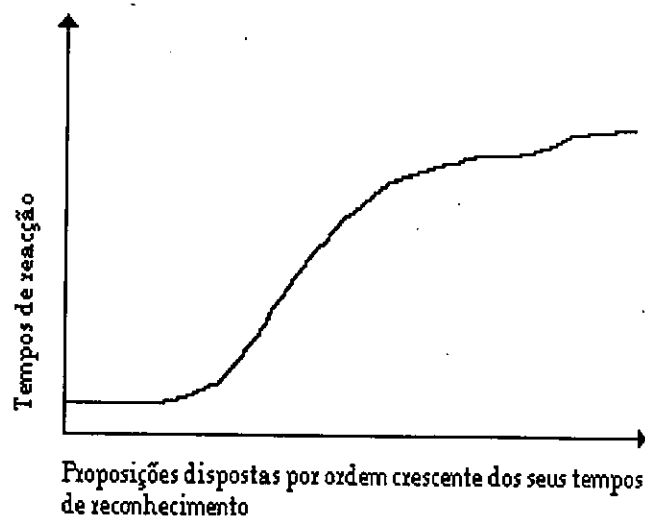


Figura 1 - Representação gráfica dos tempos de reconhecimento das proposições de uma base de texto.

(*) Professor Associado da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

(**) Assistente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

(***) Investigador do Centro de Informática da Universidade do Porto.

Correspondência: Leonor Lencastre, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Rua das Taipas, 76, 4000 PORTO.

METODOLOGIA

Sujeitos

Participaram como voluntários neste estudo exploratório, quinze sujeitos da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, doze do sexo feminino e três do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 28 anos (sendo a idade média de 22 anos). Treze dos sujeitos eram alunos do 1º ano da Faculdade e os dois restantes do 2º ano.

Material: estímulos e aparelhos

O texto utilizado foi extraído do livro de Baddeley (1983, p.135), e traduzido para português. A maior preocupação na sua selecção foi a de escolher um texto não muito extenso, e com uma estrutura não convencional. Isto porque, tendo consciência de que o modelo que se defende só apresenta intuições ligeiras relativamente à noção de macroestrutura(3), levou-se em conta o argumento de Kintsch (1979) de que para textos pequenos, não faz sentido estabelecer distinção entre os níveis microproposicional e macroproposicional, reduzindo-se tudo à microestrutura.

O texto foi dividido em pequenas frases, escritas em tiras de papel, que por sua vez foram coladas individualmente em cartões. As palavras foram escritas a tinta preta, em letra de imprensa, e respeitando a pontuação do texto original, que é integralmente reproduzido por um total de vinte e nove cartões, quando lidos sequencialmente.

A base de texto foi construída de acordo com um conjunto de regras de construção de proposições (Costa Pereira, Alves, Lencastre, 1987), sendo as proposições ordenadas segundo o aparecimento dos respectivos predicados no texto. As proposições a testar foram em seguida reordenadas eliminando as proposições repetidas, e as proposições subordinativas que reproduziam uma grande extensão do texto. Foram depois escritas em tiras de papel, em linguagem natural, em letra de imprensa, em minúsculas e a vermelho. Essas tiras foram colocadas individualmente em 41 cartões.

Criaram-se também 41 proposições falsas (que não faziam parte do texto), correspondentes às anteriores 41 verdadeiras. Na elaboração dessas proposições teve-se em conta que, versando embora sobre o assunto do texto e contendo um número de palavras sensivelmente igual ao das correspondentes verdadeiras, o seu significado não constava do texto original. Foram estes os principais cuidados tidos na sua construção, e pensou-se que seriam suficientes, uma vez que, neste estudo, as proposições falsas não seriam alvo de análise, tendo como única função a de, pela sua existência, não tornar óbvia a identificação das proposições que faziam parte do texto. As proposições falsas, em linguagem natural, foram escritas em letra de imprensa, em minúsculas e a vermelho, em 41 cartões do taquistoscópio (tal como aconteceu com as proposições verdadeiras).

Os estímulos foram apresentados através de um taquistoscópio de três campos (Electronic Developments, 3 - Field) e a latência de resposta foi medida através de um cronómetro (BRD Electronic Multi-Clock System, type MCT/1), accionado automaticamente pela apresentação dos estímulos e parado pela resposta do sujeito. Esta podia ser manual (accionando um botão de um interruptor para passar ao próximo

cartão) ou oral através de um aparelho (chave vocal - voice key); pela resposta SIM ou NÃO, face à apresentação de um determinado estímulo (proposição escrita a vermelho).

Planeamento e procedimento

Para cada sujeito houve duas sessões experimentais, separadas por um intervalo de um dia, participando em cada uma um grupo de 3 sujeitos. Numa sessão os três sujeitos eram testados alternadamente, realizando 15 ensaios cada um.

Um ensaio compunha-se da leitura do texto, à qual se seguia um teste de reconhecimento de uma proposição. Em cada ensaio só foi testada uma proposição, pois por um lado a interrupção do texto em vários pontos faria com que a árvore da memória operatória, dos vários ciclos de processamento, aparecesse artificialmente desligada. Por outro, ao interromper a leitura em mais do que um sítio, e para analisar a memória operatória, a proposição a testar só poderia ser referente à porção do texto situada entre essa interrupção e a imediatamente anterior, o que limitava as proposições candidatas a serem testadas. Dado o objectivo desta experiência — estudo da estrutura da memória operatória e não da memória a longo prazo o facto de numa sessão cada sujeito ser testado para várias proposições, implicando a realização de repetidas leituras de um mesmo texto, só poderia trazer consigo o perigo de cansaço e saturação por parte do sujeito.

Os três sujeitos que participaram em cada sessão foram testados alternadamente, para evitar a fadiga e os indesejáveis, mas sempre possíveis efeitos mnésicos de interferência, dos conteúdos lidos nos anteriores ensaios, na estrutura da memória operatória.

No total da experiência cada sujeito foi testado em 30 proposições diferentes.

Todos os sujeitos foram informados, nas respectivas primeiras sessões, que "estavam a participar numa experiência para o estudo da memória e compreensão de um texto" e que "a sua tarefa consistia em ler só uma vez, e da forma mais natural possível, o conjunto das palavras que apareciam escritas a preto no campo visual do taquistoscópio.

Uma vez lidas essas palavras, deviam accionar o botão de um interruptor, que faria aparecer o conjunto de palavras seguinte, também escritas a preto". (O próprio sujeito controlava desta forma o tempo de exposição de cada cartão). Foi-lhes mostrado como deviam segurar o interruptor na mão, e como este devia ser accionado (com o polegar).

"Durante o espaço de tempo que decorria entre a altura em que carregavam no botão do interruptor, e o aparecimento no campo visual do taquistoscópio do conjunto seguinte de palavras (cerca de 2400 milésimas de segundo), deviam esforçar-se por não repetir mentalmente as palavras acabadas de ler". Com esta última parte da instrução pretendia-se evitar que os sujeitos pudessem repetir o conteúdo, ou parte do conteúdo da memória operatória.

A divisão do texto em conjuntos de palavras, escritos em cartões do taquistoscópio, foi o processo escolhido para controlar a leitura. Na realidade, pretendia-se que o sujeito pudesse ler o texto uma só vez, aproximando ao máximo a leitura efectuada na situação experimental de uma leitura natural, não lhe dando a possibilidade de reler o texto, fixando-se nalgumas partes. Se isto acontecesse, ao testar-se o sujeito relativamente ao reconhecimento de uma proposição, não se poderia pôr a hipótese das proposições que, naquele momento,

fariam parte da sua memória.

Foi dito também aos sujeitos que "o conteúdo dos vários cartões, lidos isoladamente, formavam no seu todo um texto com sentido. Não deviam preocupar-se em efectuar uma leitura rápida, mas seguir o seu próprio ritmo, uma vez que o objectivo da experiência não era o de classificá-los quanto aos seus tempos de leitura. À medida que fossem progredindo na leitura dos cartões, iria aparecer-lhes, sem saberem quando, e em vez do esperado cartão com as palavras a preto, um conjunto de palavras escritas a vermelho. Neste caso, deviam lê-las com cuidado e verificar se o significado desse conjunto de palavras, e não exactamente aquelas palavras, tinha aparecido na porção de texto lida até então. Se sim, deviam responder em voz alta SIM, caso contrário responderiam em voz alta NÃO. Dada a resposta, o ensaio terminava. Cada um ia ser testado assim quinze vezes, alternadas com os outros dois. O texto apresentado era sempre o mesmo, o que variava era o conjunto de palavras escritas a vermelho (proposição) sobre o qual eram questionados. Enquanto um deles realizava o seu ensaio, os outros dois preencheriam esse tempo com uma leitura distractiva".

Antes de se dar início à experiência, exemplificaram-se algumas respostas com um outro texto. Foram então esclarecidas eventuais dúvidas.

No decorrer da experiência houve o cuidado de ir lembrando aos sujeitos que "deviam fazer uma leitura o mais natural possível, e não se precipitarem na resposta sem terem a certeza". Referia-se também que "o significado do conjunto de palavras escritas a vermelho, sobre o qual eram questionados só dizia respeito à porção do texto lida naquele ensaio e não nos anteriores".

O processo utilizado para a selecção das trinta proposições teste, para um sujeito, foi o que se passa a descrever. Primeiro foram encontrados cinco pontos no texto, onde se efectuariam os testes de reconhecimento.

A existência de diferentes pontos no texto onde se fariam os testes de reconhecimento das proposições, deve-se ao facto de ser ter pensado que conforme a porção de texto lida, assim iria variar a estrutura da memória operatória. A escolha de cinco pontos foi um pouco arbitrária, tendo sido influenciada pela existência de cinco grandes períodos no texto.

A definição destes cinco pontos manteve-se constante para todos os sujeitos.

Cada sujeito foi testado 6 vezes (6 ensaios) em cada um destes cinco pontos. No total foi testado em 30 proposições diferentes. Para além disso, metade destas 30 proposições deviam ser seleccionadas da lista das proposições falsas. Em cada ponto apareciam então, três proposições verdadeiras e três falsas.

O passo seguinte foi o de seleccionar de forma aleatória e das respectivas listas as três proposições verdadeiras e as três proposições falsas que seriam testadas em cada um dos 5 pontos do texto. (Num dado ponto só se podiam testar proposições verdadeiras e falsas, que estivessem contidas na porção de texto lida nesse ensaio).

Por exemplo para o ponto 2, seleccionaram-se das respectivas listas seis proposições, três verdadeiras e três falsas. As proposições verdadeiras foram seleccionadas de entre as catorze primeiras da lista das proposições verdadeiras (pois o ponto 2, identificava-se com a porção do texto que ia até à 14ª proposição da base de texto(4)). Pensou-se no entanto que, das proposições seleccionadas, devia haver um predomínio de que

ainda não tinham feito parte da lista de proposições utilizada para a selecção anterior (neste caso a lista utilizada para o ponto 1). Indo o ponto 1 até à 8ª proposição da base de texto, as proposições predominantes foram escolhidas de entre a nº9 até à nº 14. Este predomínio traduziu-se na proporção de dois para um: seleccionaram-se duas proposições de entre a nº9 à nº14, e uma de entre a nº1 à nº8.

Para a escolha das proposições que iriam ser testadas nos pontos do texto 3, 4 e 5, manteve-se um raciocínio semelhante ao referido para a selecção das proposições a introduzir no ponto 2.

Toda esta estratégia também foi a seguida para a selecção das proposições falsas.

A ordem pela qual seriam testadas, em cada sessão, as 30 proposições seleccionadas para um sujeito foi depois aleatorizada.

Dado que interessava variar ao máximo a localização das proposições testadas, (pois o objectivo da experiência era a validação da estrutura da memória operatória proposta pelo modelo) este processo de selecção e aleatorização realizou-se independentemente para cada sujeito.

Para cada sujeito registaram-se, em milésimas de segundo, os tempos de leitura por cartão e os tempos de reacção vocais às proposições teste.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foi determinado para cada sujeito, o tempo de reconhecimento em milésimas de segundo, das proposições que lhe foram testadas.

O tempo de reacção, obtido através do cronómetro, não dava directamente indicação do tempo de reconhecimento, uma vez que se identificava com o resultado da soma do tempo que o sujeito demorava a ler a proposição teste e do tempo que este demorava a responder (tempo de reconhecimento). E então, para se obter este último tempo, subtraiu-se o tempo de leitura da proposição do tempo de reacção registado pelo cronómetro:

$$t_{\text{reconhecimento}} = t_{\text{total de reacção da proposição}} - t_{\text{leitura da proposição (registado pelo cronómetro)}}$$

Para se obter o tempo de reconhecimento de uma proposição era assim necessário determinar o seu tempo de leitura, que foi obtido depois de definido o estilo de leitura do sujeito. Para essa caracterização, determinou-se, para cada sujeito, a correlação momento produto de Pearson (uma vez que se tratava de duas variáveis intervalares/proporcionais) entre os tempos de leitura dos cartões (englobando todos os ensaios do sujeito) e o número de palavras dos respectivos cartões, e a mesma correlação entre os tempos de leitura dos cartões do texto, e o número de sílabas dos respectivos cartões. O valor mais elevado destes dois dava indicação do estilo de leitura do sujeito, desde que o correspondente coeficiente de correlação na população fosse significativamente diferente de zero. Foram, por essa razão, determinadas as significâncias dos coeficientes de correlação.

No entanto a determinação da significância dos valores das correlações, não constituía por si só um procedimento suficiente para se poder optar por um dos dois coeficientes de correlação. Não bastava olhar para o valor mais elevado e significativo, mas seria necessário a existência de uma diferença significativa entre os valores dos dois coeficientes. O valor dessa diferença foi obtido aplicando um teste de significância das diferenças de coeficientes de correlação. Se a diferença entre os dois coeficientes de correlação não se mostrava significativa, dizia-se que o sujeito apresentava um estilo de leitura misto, fazendo umas vezes uma leitura por sílabas e outras vezes uma leitura por palavras(5).

Só para cinco sujeitos é que se encontrou um valor da diferença dos coeficientes de correlação significativo ($p < 0.05$), e a diferença ia no sentido do coeficiente de correlação entre os tempos de leitura e o número de sílabas. Foi determinado assim o estilo de leitura de cada sujeito.

A etapa seguinte foi a determinação do tempo de leitura das proposições teste. Para isso, calculou-se, em primeiro lugar e para cada sujeito, o tempo médio de leitura para uma sílaba e para uma palavra. Esses tempos foram obtidos individualmente para cada ensaio do sujeito, pois numa análise superficial dos tempos de leitura verificou-se que estes apresentavam uma certa variação de ensaio para ensaio.

Para os sujeitos com um estilo de leitura por sílabas, o tempo de leitura para uma proposição obteve-se multiplicando o número de sílabas dessa proposição pelo tempo médio de leitura para uma sílaba (respeitante ao ensaio em que essa proposição foi testada). Para os sujeitos com estilo misto, seguiu-se um procedimento um pouco mais complicado, e que se baseou na combinação do tempo médio de leitura para uma sílaba e no tempo médio de leitura para uma palavra, pela aplicação da fórmula:

$$t_{\text{leitura para uma proposição, por um estilo misto}} = t_{\text{leitura por palavra para essa proposição}} + c_{\text{pal}} + t_{\text{leitura por sílaba para essa proposição}} + c_{\text{sil}}$$

em que:

c_{pal} - factor de correcção para o tempo de leitura por palavra

c_{sil} - factor de correcção para o tempo de leitura por sílaba

Os factores de correcção c_{pal} e c_{sil} , foram calculados

partindo do princípio que:

$$c_{\text{pal}} + c_{\text{sil}} = 1 \quad \text{e} \quad c_{\text{pal}}/r_{12} = c_{\text{sil}}/r_{13}$$

em que:

r_{12} - coeficiente de correlação momento produto de Pearson entre os tempos de leitura dos cartões do texto, e o número de palavras dos respectivos cartões (englobando todos os ensaios de um sujeito)

e

r_{13} - coeficiente de correlação momento produto de Pearson entre os tempos de leitura dos cartões do texto, e o número de sílabas dos respectivos cartões (englobando todos os ensaios de um sujeito)

A etapa seguinte foi a determinação dos tempos de reconhecimento das proposições teste. Surgiu no entanto um problema com a determinação destes tempos pois, alguns ca-

sos, o tempo de reconhecimento, apresentava um valor negativo, o que logicamente não se poderia aceitar. Este fenómeno parecia, no entanto, de fácil justificação se se recordar que o tempo de leitura de uma proposição se determinou a partir dos tempos de leitura dos cartões do texto, do ensaio em que essa proposição foi testada. De facto, nada impediria o sujeito de ter um determinado tempo médio de leitura por palavra ou sílaba dos cartões do texto, mas diminuir esse tempo (fazer uma leitura muito mais rápida) quando se tratava da proposição teste.

Para resolver este problema, sempre que para um dado sujeito se obtinha pelo menos um tempo de reconhecimento negativo, os tempos médios de leitura para a sílaba nos vários ensaios eram multiplicados por um factor de correcção, de forma que, depois de recalculados os tempos de leitura para as proposições teste, e subtraídos dos tempos totais de reacção, o tempo de reconhecimento com maior valor negativo tomava o valor zero.

Parecia, no entanto, pouco correcto que o tempo de reconhecimento de uma proposição pudesse ser igual a zero. Devia existir um tempo de reconhecimento mínimo, tempo esse que se seleccionou de entre os tempos de reconhecimento recalculados, e se identificou com o tempo de reconhecimento imediatamente superior a zero. Esse tempo mínimo foi somado a todos os tempos de reconhecimento de um sujeito.

Para cada sujeito deviam ter-se encontrado quinze tempos de reconhecimento (uma vez que as proposições falsas não foram alvo de análise) distribuídos igualmente (em número de três) pelos cinco pontos do texto. Os tempos de reconhecimento obtidos para cada sujeito nunca atingem, no entanto, o número de quinze, dado que alguns ensaios foram eliminados. Sempre que o sujeito respondia NÃO a uma proposição verdadeira, esse ensaio não era aproveitado. Também não se contaram alguns ensaios, que sofreram interrupções ou precalços durante a sua realização. Quando surgiam dúvidas na medição dos tempos de leitura, por qualquer problema com o cronómetro, esses tempos foram eliminados.

Para facilitar a análise dos tempos de reconhecimento das proposições testadas, esses resultados, foram numa etapa seguinte transformados em valores padronizados (com média = 0 e desvio padrão = 1).

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Esta experiência teve por objectivo testar algumas concepções sobre a estrutura da memória operatória. Uma das suposições básicas era a de que os tempos de reconhecimento das proposições que constituem uma base de texto indicariam o nível dessas proposições na memória operatória, obtendo-se possivelmente um ponto de inflexão entre os tempos de reconhecimento das proposições contidas na memória operatória e os tempos de reconhecimento das proposições contidas na memória a longo prazo. Os valores positivos dos tempos de reconhecimento padronizados identificariam proposições da memória a longo prazo, e os negativos proposições da memória operatória. Supunha-se assim que, quando representados graficamente, esses tempos formariam dois patamares (ver figura 1).

Uma vez que os tempos de reconhecimento de todos os sujeitos foram transformados em valores padronizados (possuindo a mesma média e o mesmo desvio padrão), podiam ser

apresentados em conjunto numa mesma representação gráfica. Foi assim que se elaborou um gráfico, em que uma das variáveis se identificou com a condição da proposição teste (ou seja com a distância da proposição teste, em número de proposições, à última proposição lida no ensaio), e a outra com o tempo de reconhecimento padronizado dessa proposição.

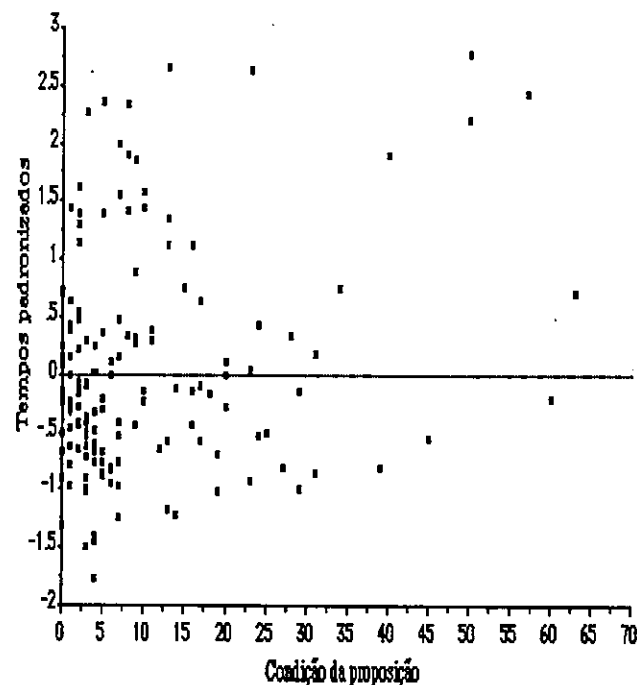


Figura 2. - Representação gráfica dos tempos de reconhecimento padronizados das proposições testadas aos sujeitos, tendo em conta as respectivas condições. (No eixo das abcissas aparecem os valores da condição da proposição teste (ou seja a distância de cada proposição teste, em número de proposições, à última proposição lida no ensaio), e no eixo das ordenadas os tempos de reconhecimento padronizados).

Da análise desta representação pode concluir-se que existe uma certa concentração de pontos situados abaixo da média (respostas rápidas), para as proposições cujo valor da sua condição é pequeno: vai sensivelmente até 5. Esta poderia ser uma indicação do valor limite da capacidade da memória operatória: 5 proposições. Não surgiu no entanto como se esperava uma separação nítida, em dois patamares, dos tempos de reconhecimento das proposições da memória operatória e dos tempos de reconhecimento das proposições da memória a longo prazo.

Apesar de, no processo utilizado para seleccionar as proposições a testar a cada sujeito, se ter tentado controlar o problema da representação equitativa de todas as proposições do texto, olhando para este gráfico verifica-se que, no total das proposições analisadas, existe um maior número de proposições com valores pequenos nas respectivas condições, do que com valores elevados. A menor representatividade destas últimas, pode talvez ser uma explicação para o não aparecimento, para essas proposições, de uma concentração de pontos acima da média.

Procedeu-se em seguida a uma análise individual dos resultados de cada sujeito. Olhando para os tempos de reconhecimento das proposições testadas a cada sujeito, verifica-se a existência de uma grande variação desses valores, como é revelado pelo cálculo do seu desvio padrão.

O facto de existirem proposições que são reconhecidas muito mais rapidamente do que outras pode servir de fundamento para a ideia de que, o processamento da informação se faz por ciclos, ou seja, de que num dado momento só uma parte da memória — a memória operatória — está activada, tendo a restante informação sido obscurecida e passado a fazer parte da memória a longo prazo. Essa parte da memória que está activa num dado momento é limitada, sendo o seu conteúdo renovado à medida que se processa a informação. (Os valores padronizados dos tempos de reconhecimento das proposições, obtidos para cada sujeito, poderão fornecer uma ideia, ainda que grosseira, da capacidade da memória operatória de cada um).

Na análise intrasujeito dos tempos de reconhecimento padronizados desprezaram-se os valores muito próximos da média (que pertenciam ao intervalo $[-0.5; +0.5]$, meio desvio padrão acima e abaixo da média). Na realidade, os valores muito próximos de zero (nem muito curtos, nem muito longos) poderiam talvez ser explicados por pertencerem a proposições de um "buffer" intermédio entre a memória operatória e a memória a longo prazo. Esta hipótese não irá no entanto ser analisada neste estudo.

Surgiram na análise alguns valores que pareciam contrariar a hipótese inicialmente formulada. Tempos que se esperava longos, por estarem supostamente na memória a longo prazo (apresentando valores elevados na respectiva condição) revelaram-se curtos, e tempos que se esperava curtos por se supor que pertencessem a proposições da memória operatória (apresentando valores pequenos na respectiva condição) revelaram-se longos. Será que o modelo da estrutura cognitiva proposto teria previsto este tipo de resultados?

Podem ser dadas duas explicações para o primeiro caso. A primeira baseia-se na suposição de que a memória operatória possui um "buffer", que faz permanecer nessa memória um certo número de proposições, para garantir a ligação entre os vários ciclos de processamento. Como essas proposições não são abrangidas pelo processo de obscurecimento, podem permanecer durante vários ciclos na memória operatória. Algumas das proposições que fazem parte do "buffer" podem estar destinadas a representar o objectivo da leitura, quando ele existe. Nesse caso, essa ou essas proposições permanecem na memória operatória do princípio ao fim do processamento.

A segunda explicação tem a ver com o processo de repescagem, segundo o qual há proposições que são repescadas da memória a longo prazo, para a memória operatória, garantindo desta forma a coesão das árvores da memória operatória que se formam no fim de cada ciclo de processamento.

O modelo da estrutura cognitiva proposto explica o segundo tipo de tempos de reconhecimento, atribuindo-os a proposições que não se ligaram à árvore da memória operatória do seu ciclo de processamento. Na realidade, para além do critério de recência, como definidor da memória operatória, poderão existir outros, como por exemplo, proposições que não se liguem à árvore proposicional da memória operatória, serão perdidas muito rapidamente.

Esses tempos de reconhecimento poderiam ainda ser

explicados pela existência de algumas deficiências na implementação experimental, nomeadamente no processo de elaboração das proposições teste que foram apresentadas aos sujeitos. Processo esse, que se baseou na adopção de um determinado conjunto de regras para a construção de proposições. Na realidade a dificuldade na compreensão das proposições teste, poderia traduzir-se num aumento do seu tempo de reconhecimento. Uma análise dessas proposições revela que existe uma certa incidência nalgumas delas, e que de uma maneira geral essas proposições são compostas por muito poucos conceitos e são proposições subordinadas, não apresentando por essa razão ideias completas.

Outra deficiência na implementação experimental poderia ter a ver com o processo de leitura utilizado — cartão a cartão — que poderia causar uma certa dificuldade na compreensão do texto.

Poderiam ainda levantar-se outras questões relativamente à apresentação dos resultados. O processo de atribuição da condição a uma proposição (distância, em número de proposições, a que se encontra da última proposição lida pelo sujeito) poderia não ter sido o mais correcto, uma vez que se sentiu uma certa dificuldade em ordenar as proposições segundo o seu processamento. (Uma proposição subordinativa compõe-se de algumas subordinadas. A questão está na determinação da ordem por que são processadas as proposições: em primeiro lugar a subordinativa, seguindo-se as subordinadas, ou vice-versa?). O critério utilizado foi a ordem dos respectivos predicados no texto, o que não quer dizer que este seja o critério real.

Por fim, o cálculo do tempo de reconhecimento de uma proposição foi determinado partindo do princípio que:

$$t_{\text{reconhecimento da proposição}} = t_{\text{total de reacção da proposição}} - t_{\text{leitura da proposição}} \\ \text{(registado pelo cronómetro)}$$

O tempo de leitura de uma proposição, dependendo do estilo de leitura, foi determinado a partir do tempo médio de leitura para uma sílaba ou do tempo médio de leitura para uma sílaba e para uma palavra, respectivamente para os sujeitos com estilo de leitura por sílabas e para os sujeitos com estilo de leitura misto. Ora, para proposições compostas por muitos conceitos, é natural que a leitura não se efectue simplesmente por sílabas ou por uma combinação de sílabas e de palavras, mas que intervenham outras variáveis. (Nalguns casos e para alguns sujeitos, a unidade de leitura poderia ser por exemplo, uma expressão familiar). Assim, os tempos de leitura obtidos poderiam ter sido falseados, não se obtendo por consequência os "verdadeiros" tempos de reconhecimento para essas proposições.

Com esta experiência pretendeu-se verificar se a estrutura da memória operatória obtida através de uma experiência convencional, como é a dos tempos de reacção, poderia ser explicada por um certo modelo da estrutura cognitiva, tudo indicando que sim. Poderia no entanto com uma experiência semelhante ter-se aproveitado para validar os parâmetros desse modelo que estão abertamente relacionados com a estrutura da memória operatória: a capacidade do ciclo de processamento e

a capacidade do "buffer". (Para se poder efectuar essa experiência teria no entanto de partir-se do princípio que é possível optimizar os parâmetros do modelo individualmente, atribuindo-se a variação de determinadas características do modelo predominantemente, a alguns deles).

Nessa experiência comparou-se de forma quantitativa a estrutura da memória operatória obtida através dos tempos de reacção, com as estruturas da memória operatória obtidas pela aplicação do programa de simulação da leitura (programa Master - ver Costa Pereira et al, 1987), ao texto lido pelo sujeito, fazendo variar o número de proposições por ciclo de processamento e o número de proposições do "buffer". Os outros parâmetros do modelo (capacidade de compactação, estilo cognitivo e factor de decaimento) que se supõe mais relacionados com a estrutura da memória a longo prazo semântica, apresentariam valores constantes. Esses valores seriam encontrados pela realização de uma experiência de validação da estrutura da memória semântica, semelhante a uma já descrita (Costa Pereira, Lencastre e Alves, 1989). Haveria assim uma complementariedade entre as experiências de validação da estrutura da memória operatória e as da estrutura da memória a longo prazo semântica. Estes estudos seriam realizados para um mesmo sujeito e tendo em conta um mesmo texto.

É a importante característica do modelo se encontrar implementado em programas de computador, que permite por um lado verificar se o modelo na realidade executa o que teoricamente se propõe e, por outro, comparar os resultados obtidos no programa de simulação de leitura (programa Master - ver Costa Pereira et al., 1987), com os que se obtêm em experiências psicológicas convencionais, sendo esta última uma excelente forma de validação.

NOTAS

(1) O termo Memória Operatória é empregue por muitos autores para substituir o de Memória a Curto Prazo. De facto a distinção entre Memória a Longo Prazo e a Curto Prazo, tende cada vez mais a ser substituída pela ideia de que a memória é unitária e que num dado momento apresenta uma parte activada que é a Memória Operatória.

(2) O processamento das proposições de um texto - base de texto - faz-se por ciclos, -ciclos de processamento pois supõe-se que a memória operatória possui uma capacidade limitada.

(3) A macroestrutura é o cerne ou essência do texto. A microestrutura refere-se à informação pormenorizada do mesmo.

(4) A base de texto, proposições que traduzem o texto, compunha-se de uma lista de 41 proposições.

(5) Para a obtenção do valor de significância da diferença dos coeficientes de correlação, foi utilizada a fórmula para amostras grandes e correlacionadas (grande porque o número de graus de liberdade, $N-3$, era, para todos os sujeitos, superior a 30) e correlacionados porque se correlacionaram duas variáveis - número de palavras e número de sílabas - com uma terceira - tempos de leitura.

REFERÊNCIAS

Baddeley, A. D. (1983) *Your memory - A user's guide*. Middlesex: Penguin Books.

- Costa Pereira, D., Alves, C., Lencastre, L. (1987) Um Modelo da Estrutura Cognitiva, *Jornal de Psicologia*, 6, 5.
- Costa Pereira, D., Lencastre, L., Alves, C. (1989) Um Modelo de Estrutura Cognitiva - Optimização dos Parâmetros da Memória Semântica, *Jornal de Psicologia*, 8, 2.
- Kintsch, W. (1979). Levels of processing language material: discussion of the papers by Lachman and Lachman and Perfetti. In L. S. Cermak and F.I. M. Craik (Eds) *Levels of Processing in Human Memory*. Hillsdale: Lawrence Associates.

ABSTRACT

A MODEL OF COGNITIVE STRUCTURE -
VALIDATION OF WORKING MEMORY PARAMETERS

This is an experimental study about the validation of a kind of memory- working memory - according to a model of cognitive structure, already presented (Costa Pereira et al, 1987). The validation will occur through the analysis of reaction times, about the recognition of text propositions. Working memory structure, revealed then by these measures, will be explained according to the model of cognitive structure and text processing proposed. This analysis shows that the majority of situations can be explained by the referred text processing model.

The main steps of an experimental study about the validation of two parameters of the model, that are directly related to

the working memory structure (number of propositions in a processing cycle and number of buffer propositions), are also presented.

RÉSUMÉ

UN MODÈLE DE LA STRUCTURE COGNITIVE - VALIDATION DES PARAMÈTRES DE LA MÉMOIRE OPÉRATOIRE

On présente une étude expérimentale de validation de la structure de la mémoire opératoire d'après un modèle de la structure cognitive déjà rapporté (Costa Pereira, et al., 1987). Cette validation porte sur une expérience de mesure des temps de réaction par rapport à la reconnaissance de propositions qui constituent un texte, en essayant d'expliquer la structure de la mémoire opératoire, révélée par ces temps, à travers des pressupposés et des principes du modèle de la structure cognitive présenté auparavant. Cette analyse montre que, d'une façon générale, tous les cas peuvent être expliqués par la théorie qui soutient le modèle proposé.

Sont aussi présentées les principales étapes d'une expérience pour valider les deux paramètres du modèle qui sont supposés d'être directement en rapport avec la structure de la mémoire opératoire, c'est-à-dire, le nombre de propositions par cycle et le nombre de propositions du "buffer".

TERAPIA
COMPORTAMENTAL

Modelos teóricos e
manuais terapêuticos

Óscar F. Gonçalves

Universidade do Minho, Braga

CONTEÚDOS

MODELOS TEÓRICOS

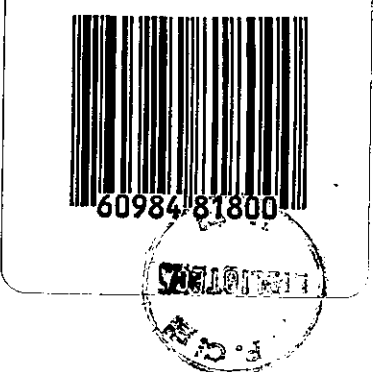
1. A avaliação e conceptualização comportamental
2. O paradigma do condicionamento clássico
3. O paradigma do condicionamento operante
4. O paradigma da aprendizagem social

MANUAIS TERAPÊUTICOS

1. Exposição gradual e mediatizada
2. Exposição directa
3. Estratégias operantes
4. Modelagem e prática comportamental

Anexos

1. Guia para a Entrevista de Avaliação Comportamental
2. Manual de Relaxamento



Preço: 1250\$00 com portes incluídos, em cheque ou vale postal à ordem de Jornal de Psicologia
Pedidos: Edições Jornal de Psicologia, Apartado 4544, 4009 Porto, Codex.

ENTREVISTA COM...

POR RUI ABRUNHOSA GONÇALVES

Alex Lefebvre é professor de psicologia diferencial e estudo da personalidade na Universidade Livre de Bruxelas, prestando igualmente serviço de docência na Universidade de Estado em Mons. Especialista na área da psicologia clínica e em técnicas projectivas, tem produzido investigação no domínio dos fenómenos do comportamento desviante. Em 1979, conclui o seu doutoramento em Psicologia com uma tese intitulada "Etude d'un Mode d'Intervention Psychologique em Milieu Carcéral", que culmina o seu trabalho de 9 anos na Prisão de St. Gilles, em Bruxelas, inserido na equipa do Centre d'Orientation Penitentiaire. Regressa então à U.L.B. dirigindo posteriormente o Serviço de Psicologia Diferencial e Estudo dos Handicaps. Continua to-davia ligado ao meio penitenciário através da orientação de investigações levadas a efeito por outros nessa área. Actualmente, é o Director da Faculdade de Ciências Psicológicas e Pedagógicas da mesma Universidade.

A entrevista aqui transcrita, foi efectuada em Abril de 1988 inserida num seminário que o Prof. A. Lefebvre ministrou aos alunos do Mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante da F. P. C. E. - U. P., e nela serão focados, entre outros, os seguintes aspectos: o carácter totalitário das instituições, a questão do normal e do patológico e o trabalho do psicólogo em meio prisional.

Os interessados em contactar com o Prof. Lefebvre poderão enviar correspondência para o seguinte endereço: A. Lefebvre, CP 122, Avenue Fr. Roosevelt, 50, 1050 Bruxelas, Bélgica.

J. P. — Qual a importância da emergência do totalitário na relação que estabelece com o nascimento das instituições?

A.L. — Em primeiro lugar, em termos de hipótese de trabalho, pode-se dizer que as instituições penitenciárias são talvez aquelas que se situam no extremo daquilo que se poderá chamar, de acordo com a sociologia americana, nomeadamente Goffman, ou doutros tipos de análise que possam vir a ser feitas ao nível sociológico das instituições, as instituições totalitárias — embora eu prefira o termo totalizante porque acentua mais um carácter activo.

As prisões apresentam um carácter totalitário de acordo com 3 dimensões. Em primeiro lugar, o totalitário define-se pelo controle total do espaço, depois pelo controle total do tempo e por último através da separação nítida entre as pessoas que são vigiadas, que são controladas na instituição, e as outras pessoas que controlam as primeiras. Estes três elementos encontram-se indubitavelmente na prisão. Basta para isso retomar o fio da análise do universo penitenciário efectuado por Foucault. De facto, através da arquitectura penitenciária e da gestão sistemática, nomeadamente no que se refere ao famoso panóptico de Bentham, que é de certa maneira uma "política de olhar colocado", ancorada numa lisibilidade permanente dos comportamentos, proporciona-se a um lugar central de observação a possibilidade de controlar e disciplinar toda uma massa considerável de indivíduos. Além disso, mesmo que não haja



ALEX LEFEBVRE

presença física do vigilante, o indivíduo que foi condicionado neste tipo de vigilância acaba por se controlar a si próprio, por um mecanismo psicológico de introjecção, de interiorização da regra, da norma, existindo assim um sistema de auto-controle.

Este modelo panóptico foi adoptado na maioria das prisões, particularmente na Bélgica. Toda a reforma penitenciária ocorrida após a independência da Bélgica, foi levada a cabo pelo Director Geral das Instituições Penitenciárias, Ducpétiaux, que fez construir grandes prisões a partir de 1840 até 1919, (data de construção da última). Essas prisões, designadas por "prisões em estrela", com um centro e depois uma arquitectura em alas, reproduzem, em certa medida, o carácter fundamental do panóptico e põem em jogo, ao mesmo tempo, um esquema de controle de vigilância e de disciplina sobre os detidos que torna bastante evidente a dimensão totalitária.

Um outro aspecto a reter é que a instituição totalitária apresenta uma característica ao nível da organização e do seu funcionamento — aliás bem visível se analisarmos a forma como é gerida a vigilância na prisão — que é a de serem sistemas auto-regulados. Vejamos dois exemplos: o vigilante é alguém que não tem qualquer tipo de especialização que a de ser capaz de observar, de controlar, de inspecionar, de analisar um campo visual, o que significa que pode ser substituído por qualquer outro vigilante, donde que não lhe é dado nenhum poder nem ele pode usufruir de qualquer poder sobre o espaço que lhe é legado para controlar. Não tem também qualquer domínio sobre a totalidade dos vigilantes porque está sempre colocado no mesmo lugar. É esta a primeira regra: qualquer um pode tomar qualquer lugar, não há necessidade de especialização. Em segundo lugar, este vigilante está sob o olhar do chefe da ala que se encontra no centro da prisão, olhar esse que se estende até ao vigilante de secção e ao vigilante das celas e, nessa altura, temos um sistema que se auto-regula porque o vigilante que vigia outro, é por sua vez vigiado por um terceiro, existindo assim uma espécie de auto-controle que não é só próprio dos detidos no sistema panóptico mas também no sistema da vigilância.

O carácter totalitário das instituições, ou melhor, o seu carácter totalizante, que eu encontro bastante legível no contexto carcerário, parece-me ser uma dimensão sociológica das organizações, podendo ser encontrado em todas as instituições. Longe de mim de dizer que todas as instituições são totalitárias mas gostaria de propôr esta hipótese de reflexão sistemática, isto é, que existem na estrutura de qualquer instituição — nomea-

damente no que toca às características que referi: a gestão do espaço, a gestão do tempo e a separação entre as populações e também este sistema organizacional de que dei alguns elementos — todos estes sistemas, e portanto, todas têm um carácter totalizante e daí a necessidade de uma certa precaução. Por outras palavras, nos jogos entre o actor e o sistema, é importante reter que o sistema, tem como princípio a resistência e é preciso estar atento para que esse carácter de resistência não conduza o funcionamento da instituição no sentido do totalizante.

Para terminar esta primeira questão, é necessário referir que há uma outra extremidade desta espécie de linha hipotética onde poderíamos encontrar um outro tipo de funcionamento institucional que seria tudo, menos totalitário. Penso nomeadamente no sector da saúde mental, onde poderíamos ter o outro terminal do totalizante que será aquilo que podemos designar entre nós por psicoterapêutico ou a auto-gestão dos fenómenos desses locais, que, em ambos os casos, parecem querer desencilhar-se do carácter totalizante.

J.P. — Tudo o que acaba de dizer parece levar-nos à conclusão de que não é possível viver sem instituições.

A.L. — Julgo que a experiência de uma civilização mostra que o carácter da organização e também da instituição é importante. Contudo, será bom sublinhar um outro aspecto mais teórico que há pouco negligencie. É possível ver a instituição através de três dimensões. Ela é sem dúvida uma *realidade* — é uma casa, é tudo aquilo a que me referi quando falava do carácter totalizante — à qual os indivíduos estão ligados. Se ela é necessária? Alguns dirão que é um mal necessário. A prisão é um mal necessário. Ela existe e enquanto psicólogo tenho que me confrontar com ela de uma forma ou de outra, ao nível profissional e mesmo pessoal, porque não é possível negligenciar que se, do ponto de vista profissional é possível apreendê-la de acordo com os critérios profissionais de cada um, podemos também ser contra ou ser favor ou ter esta ou aquela opinião ou tipo de sentimento. Mas este carácter da realidade parece-me necessário. Tomemos por exemplo o caso da psicose. Todos sabemos que o psicótico tem dificuldades em apreender a realidade, isto é, a descobrir limites no universo, a saber que a partir de tal limite é outra coisa. Julgo que as instituições para crianças psicóticas têm como preocupação permitir-lhes organizarem-se num local. É o que Bion denomina de conteúdo/contenente, dar um continente ao conteúdo. Ora, uma boa parte das populações de que o psicólogo se deve ocupar — psicóticos, delinquentes, as perversões, aquilo que é por vezes englobado sob o termo comportamento desviante — são indivíduos que apresentam dificuldades em reconhecer, em identificar e, sobretudo, respeitar certas formas de continentes, certas formas de limites, certas formas de regras. Por isso, diria que a esse nível, é estruturante e é mesmo maturante, e todos sabemos, de acordo com a psicologia genética, que a apreensão de certos limites no seio da educação familiar é importante para a criança (“não podes ir para ali”; “isto queima”; “aquilo é a electricidade”; etc.). É a apreensão do mundo. A outros níveis, na instituição, é possível reencontrar este carácter estruturante a partir do estabelecimento de limites. Assim, direi que se a prisão tem um efeito terapêutico imediato é no quadro da privação de certas coisas. Privação da liberdade que acarreta também — no sentido terapêutico — a privação de outras coisas. Penso, por exemplo, no drogado que é preso e que, consequentemente, é privado da droga. Ora, aí está um elemento favorável, que em si não é suficiente e apresenta sempre bastantes

características dramáticas para o indivíduo, porque muitas vezes ninguém se ocupa dele nesse momento. Mas se nessa altura houver lugar a um trabalho psicológico é possível dizer que há uma realidade que nos permite, em determinados momentos, utilizar certos alicerces para iniciar um processo terapêutico.

Embora elemento da realidade, a instituição é também uma estrutura *simbólica*, isto é, corresponde à instauração de uma série de discursos que definem regras, acordos e processos relacionais entre as pessoas, e esta dimensão é igualmente importante e estruturante. Todos sabemos que a questão da identidade é, antes de tudo, uma capacidade para adquirir uma posição, um estatuto simbólico, no corpo social. Ora este estatuto simbólico passa por uma boa apreensão do discurso social, cultural, político, mesmo religioso que organizam o campo social e da capacidade do indivíduo para se situar a esse nível.

Por fim, a terceira dimensão é o carácter *imaginário* da instituição. Todas as pessoas veiculam representações pessoais da instituição. Podemos chamar-lhes “fantasmas” da instituição ou “projectos criativos” em relação à instituição.

São dimensões que julgo importantes e podemos reencontrar elementos de análise bastante interessantes no que toca às noções de normal e patológico, segundo o que F. Duckayerts, psicanalista belga, dizia num dos seus primeiros livros. O homem normal, para ele, organizava-se através de três dimensões: a sua capacidade de adaptação, a sua capacidade de integração e a sua capacidade de autonomia. Se retomarmos as três características que dei da instituição: realidade, simbólica e imaginária, podem-se encontrar ligações bastante razoáveis em termos de reflexão. Assim, ser capaz de se adaptar a uma realidade é ser capaz de apreendê-la e quase que ser capaz de adaptar o seu ser biológico a essa realidade; a noção de integração é a capacidade de apreender essa estrutura simbólica de uma instituição, de uma sociedade, e em função disso poder-se integrar correctamente, isto é, entrar nas normas aceitáveis. Por fim, a capacidade de autonomia é poder dar ao seu imaginário potencialidades criativas suficientes, capazes mesmo de agir e modificar o simbólico e a realidade, sem contudo ultrapassá-la, como é o caso do delfino. Por isso, tenho a impressão, que mesmo se as instituições possam, num primeiro tempo, ser apontadas como elementos bastante negativos, pelo seu carácter totalizante, esse mesmo carácter é também e, antes de tudo, um elemento estruturante. Ora, se se aceita que o homem é um animal social, parece-me evidente que ele deve tomar em atenção a sua sociedade, não submetendo-se a ela totalmente, nem aos seus poderes múltiplos, mas guardando a sua capacidade simbólica e imaginativa de luta contra certos elementos, e isso é estruturante. Além disso, o carácter que, à primeira vista, pode parecer coercivo ou restritivo, pode resultar numa perspectiva terapêutica para certos indivíduos com certas formas de patologias. Julgo que é a dificuldade do trabalho psicológico e do trabalho social. Estabelecer um ponto de equilíbrio entre uma norma imposta, coerciva, e a utilização dessa norma como elemento de trabalho terapêutico.

J.P. — O seu raciocínio parece ir de encontro à questão do normal e do patológico. Como definir o comportamento desviante a partir dessas duas instâncias?

A.L. — Julgo que as noções de “comportamento desviante” e “patologia” não são semelhantes. Desde já direi que o comportamento desviante não é necessariamente um comportamento patológico e só se torna patológico quando as instituições através dos seus actores técnicos (psicólogo, médico, pe-

dagogo, etc.), pela efectuação de um diagnóstico, de uma tomada de posição, da constituição de um dossier, vêm marcar e identificar o comportamento desviante como comportamento patológico, em função de uma série de referentes, que esses técnicos veiculam, na maior parte dos casos científicos, mas que podem também ser políticos ou de princípios da personalidade.

Na mesma perspectiva diria que, antes dos comportamentos desviantes é possível notar comportamentos de marginalização. Muito simplesmente, é possível dizer que ser marginal é muitas vezes tentar ser original, isto é demarcar-se com alguma frequência, de uma forma bastante específica, vestindo roupas de certas características, que permitem ao indivíduo demarcar-se, adquirindo uma identidade diferente no grupo de que faz parte. Encontramos com alguma frequência este tipo de comportamentos no seio das famílias, causando por vezes pequenos dramas. Do ponto de vista social, referiria os fenómenos da crise de originalidade/marginalidade juvenil mas que todavia nunca ousaria chamar de desvio juvenil. Pelo contrário, assim que estes fenómenos de marginalização adquirirem um carácter sistematizado, organizado, seja ao nível dos comportamentos seja ao nível social, creio que entramos numa franja dos comportamentos desviantes que são já objecto de reparo por parte do corpo social. É o caso do consumo de bebidas em excesso, iniciação nas drogas fumadas com frequência mais ou menos regular no seu uso, começando assim a “flirtar” — a palavra é talvez muito imagética — com a patologia. Encontramo-nos pois nos limites ou franjas do que são os limiares de tolerância social, correndo-se assim o risco de ser sinalizado, despistado, através dos técnicos, onde incluo a polícia ou outros agentes da ordem.

Esta é uma primeira parte da questão. A outra tem a ver com a reflexão sobre o normal e o patológico. Ainda que só se possa ver esta questão centrada no indivíduo, é possível apreendê-la também do ponto de vista social. E aí talvez seja importante relembrar as alegorias de Foucault, a alegoria da lepra e a alegoria da peste, às quais juntaria de bom grado uma terceira, que é a tuberculose. E, em meu entender julgo que, analisando estas três doenças, é possível reencontrar processos utilizados historicamente pelo corpo social para tratar o que é patológico.

Em poucas palavras, diria que a lepra é a doença, a alegoria, da exclusão. É, de certa forma, analisar o normal e o patológico como uma variável descontínua. Quando se é leproso, é-se leproso para toda a vida, de uma forma definitiva, e a reacção social é excluir definitivamente o indivíduo. A título de exemplo, refira-se que na França Medieval foram criados 2.000 leprosários, portanto, 2.000 locais de exclusão. A sociedade, deve dizer-se, teve sempre uma posição algo ambígua, já que nessa época a doença tinha mais a ver com o sagrado do que com o científico. Era mais a noção de bem e do mal do que a noção do normal e do patológico. Penso aliás que estas noções só aparecerão com a emergência das ciências e do conhecimento sobre o doente e a doença, através dos detentores desse saber. Quando se trata da lepra apenas se fala do leproso, não se fala da doença.

A peste é um outro tipo de doença. Não basta excluir o empestado para controlar a epidemia. É necessário accionar outros elementos. Começa-se a verificar que enquanto que no caso da lepra há uma sociedade que se quer manter pura excluindo o mal, na peste a sociedade deve viver com esse mal. É um mecanismo de inclusão em vez de um mecanismo de exclusão. É o princípio da quarentena que por si só não basta

e que exige a necessidade de um processo de controle bastante rígido da doença/epidemia. É a emergência de uma sociedade disciplinar. Encontramos, assim, com a peste uma sociedade de disciplina que rivaliza com uma sociedade pura, de exclusão. Abrindo um parêntesis, a ligação entre as duas sociedades faz lembrar a prisão que poderia ser denominada de leprosário empestado na medida em que há uma exclusão — é um local de encerramento — mas é também um local onde, no seu interior, é posto em acção um esquema disciplinar muito rígido.

Finalmente, creio que a tuberculose apresenta uma outra dimensão. Em primeiro lugar, estamos no séc. XIX e na sociedade industrial, há necessidade de mão-de-obra. Não se pode permitir que as pessoas morram ou que fiquem em estado de inferioridade física. Daí que, a par do desenvolvimento industrial, encontramos no séc. XIX um desenvolvimento muito grande do ponto de vista científico (técnico e conhecimentos). A tuberculose, favorecida pelo seu carácter lento e pelo facto do doente poder falar dela, vai permitir ao médico compreendê-la melhor — enquanto que para o leproso ninguém o queria ouvir e para o empestado não havia sequer tempo — permitindo igualmente um melhor conhecimento e o aperfeiçoamento de tratamentos — a criação dos sanatórios — mas proporcionando também o aparecimento do fenómeno de despistagem, da prevenção da doença e, a partir daí, uma série de acções e políticas sociais que vão ser desencadeadas a esse nível. Talvez que possamos retomar estes elementos olhando para a figura 1.

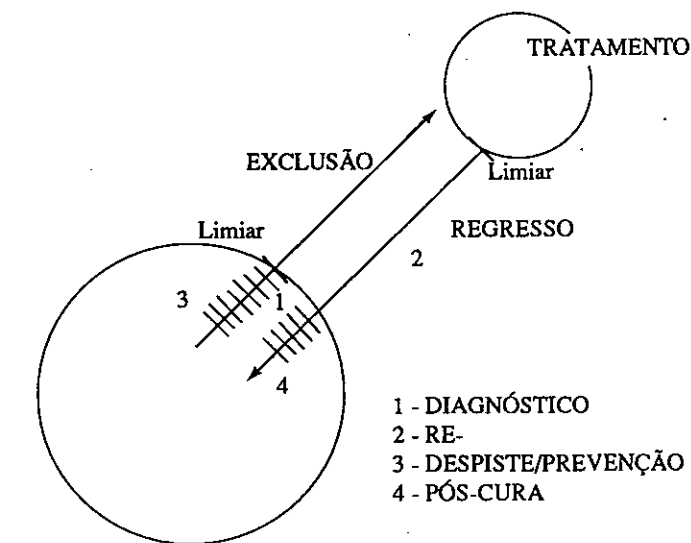


Figura 1 - Comportamento Desviante, Normalidade e Patologia.

Representando geometricamente o corpo social como um grande círculo é possível ver que o primeiro processo é um *processo de exclusão*. Identificada a doença e o doente, este é excluído para um *lugar* (círculo menor), que pode ser o hospital para o caso da doença física, para o doente mental o hospital psiquiátrico (anteriormente, o asilo), para o delinquente a prisão, para a criança em idade escolar o estabelecimento de ensino especial e, finalmente, poderíamos encontrar como locais de exclusão no meio laboral, aqueles onde se fazem cursos de reciclagem profissional para obter uma reclassificação. Este tipo de lugares tem um carácter fechado, bem definido no espaço, muitas vezes bem definido no tempo — vai-se para o hospital por um período determinado de tempo, para a prisão igual-

mente — e onde ocorrerá o *tratamento*. No projecto do séc. XIX — disse atrás que com a lepra a variável normal/patológico era descontínua — podemos dizer que a variável é contínua. Relembre-se a fórmula do epistemólogo francês Canguilhem, aliás um dos mestres de Foucault, que diz que o patológico se define como uma modificação quantificável do estado normal. Isto leva-nos a duas coisas. Por um lado, seguindo um tratamento pode-se esperar retornar a um estado de base, um estado normal e, por outro lado, com o estabelecimento de um tal sistema o indivíduo deixa de ser alguém que é normal para se transformar em alguém que é fundamentalmente patológico, ou pelo menos potencialmente patológico. Assim, o primeiro fenómeno é de *diagnóstico* (1). A partir do momento em que se ultrapassa um *limiar* de normalidade, isto é, a partir do momento em que um técnico do saber constitui um dossier através de um diagnóstico, há uma forma de exclusão, promovendo o envio para um lugar particular onde vai ser ministrado um tratamento na perspectiva de reintegrar, de ressocializar, ... que eu designo pelo termo *regresso* ou por fenómeno de *re-* (2), regresso ao ciclo normal de vida. É preciso acrescentar dois momentos importantes que são, simultaneamente, fenómenos sociais que vão tentar antecipar o diagnóstico, isto é, prevenir a exclusão, que são todos os fenómenos que coloquei sob os termos *despistagem* e *prevenção* (3). Não ousaria dizer que são diagnósticos, mas sim intervenções pontuais que encaminham eventualmente para um diagnóstico, ou em todo o caso para a constituição de um dossier. Pode-se de certa forma dizer que a sociedade actual faz com que nascamos numa maternidade, controlados muito antes do nascimento pelas ecografias, controlados desde o nascimento por uma série de testagens pediátricas, psicológicas, médicas, ... onde, de certa forma, o indivíduo é perseguido pela instituição do controle que está sempre a tentar testá-lo e a ver em que medida ele está ou não a encaminhar-se para o desvio. Ao nível escolar é possível verificar isso com todas as avaliações sistemáticas e exames que existem trimestralmente, semestralmente, anualmente, mas é igualmente detectável ao nível social, na criação de um determinado tipo de sociedade com uma função opressiva em que se está sempre na iminência de pedir o dossier do indivíduo para ver se ele continua dentro das regras da normalidade, se assim se pode dizer. Por último, à noção de ressocialização corresponde um quarto elemento no corpo social que denominei como noção de *post-cura* (4), que é um seguimento, um controle após o tratamento que muitas vezes é feito de forma ambulatorial na instituição de tratamento — é necessário voltar à instituição para verificação — ou que pode ser feito também no domicílio (penso aqui, particularmente, na chamada psiquiatria de sector que prolonga a acção da instituição psiquiátrica de urgência, de crise, através da consulta com psiquiatra no domicílio dos clientes) onde se promove a criação de uma rede de cuidados, ou melhor, de psicoterapia ambulatorial, no domicílio com os doentes mentais. Para terminar este aspecto, gostaria de referir que o normal e o patológico se tornam aqui variáveis que se interpenetram, sendo difícil discernir uma da outra já que, mesmo que indivíduo se reintegre na sociedade ele só o faz após ter percorrido um circuito que, no mínimo, atingiu e atacou a sua identidade, por vezes mesmo a sua identidade social, mas sobretudo a sua identidade pessoal, termos aliás postos em evidência particular por Goffman no seu livro "Estigma", para designar este processo, esta espiral de estigmatização, que faz com que o indivíduo através de uma série de saídas e regressos,

acabe por se tornar um doente crónico no caso da doença mental ou um reincidente no caso da delinquência. Portanto, este fenómeno de circuito que acabei de descrever, deve levar-nos a uma preocupação em torno da interrogação sobre a função do psicólogo e do trabalhador social nele inseridos. Será que eles devem favorecer este circuito ou, sempre que há um problema, dizer "eu paro aqui e vou tentar fazer outras coisas"? Creio que se trata de algo que tem a ver com uma política de saúde mental mas também social, uma política de saúde no seu sentido mais lato.

J.P. — Nesse sentido, como é que vê o trabalho do psicólogo, nomeadamente, o trabalho do psicólogo na prisão, como agir para tentar quebrar esse circuito?

A.L. — Em primeiro lugar, creio que ser psicólogo numa prisão é *estar* na prisão. É um truismo mas parece-me importante dizê-lo porque encontramos-nos dentro da instituição de exclusão. O que não quer dizer que não tenhamos a possibilidade, em termos profissionais, de agir a outros níveis, seja no sentido da prevenção, seja no sentido do seguimento pós-penitenciário. Quando se trabalha na prisão, creio que não somente se está na prisão mas também que se efectuou um contrato com a instituição penitenciária, é-se pago por ela, sendo pois raro que possamos ter as mãos bastante livres nesse contexto. Em meu entender, isto é importante porque creio que os psicólogos, a todos os níveis, se devem interrogar sobre a natureza dos contratos que estabelecem com as instituições e a sociedade enquanto trabalhadores sociais, já que a natureza desse contrato influencia de modo consciente e muitas vezes inconsciente o tipo de contrato que o psicólogo vai estabelecer com o seu paciente, o que não é nunca um fenómeno de ingenuidade. Com muita frequência, existem relações sobre a maneira como se estabelece um contrato com o paciente e a maneira como estabelecemos o contrato profissional com a instituição que nos emprega.

Depois, e respondendo à questão de como situar o psicólogo dentro da prisão, eu diria que o seu trabalho tem duas interfaces. Uma delas corresponde à sua pertença institucional. A prática do diagnóstico psicológico, independentemente dos referentes e dos instrumentos utilizados, inscreve-se nitidamente na perspectiva totalizante do sistema. Explicando melhor, lembremo-nos por um lado do célebre "olho" panóptico que por transparência lê o comportamento do indivíduo detido e, nessa perspectiva, a análise de um diagnóstico psicológico vai tornar ainda mais transparente o indivíduo, nomeadamente, no projecto institucional que visa conhecer melhor, etiquetar melhor e classificar melhor esse indivíduo. Através de uma melhor classificação dos indivíduos em categorias, de acordo com as suas características, a prisão tem maior controle sobre eles, e o conhecimento de certas variáveis psicológicas são elementos suplementares que permitem uma melhor classificação e uma melhor gestão. Por exemplo, se o psicólogo suspeita que um detido, embora apresentando um ar calmo, de "bom recluso", alberga em si de forma escondida ou recalcada, um carácter perverso ou violento, é evidente que para a prisão isso é um elemento importante no melhor conhecimento do indivíduo, e nesse momento, a instituição poderá prever um melhor tipo de controle, de vigilância, sobre esse indivíduo. É, pois, necessário não esquecer que a prática psicológica na prisão pode ir no sentido do carácter totalizante, isto é, um melhor conhecimento do indivíduo com vista a vigiá-lo e a discipliná-lo melhor. Do mesmo modo, o trabalho psicoterá-

pêutico, de ajuda, pode ir também no sentido de um melhor controle na medida em que o psicólogo pode funcionar aí como um "tampão", isto é, de gerir com o indivíduo toda uma série de comportamentos que poderiam em determinado momento tornar-se inquietantes e perigosos para a instituição. Por exemplo, se um indivíduo é agressivo e o psicólogo trabalha com ele essa agressividade no sentido de ele a controlar melhor, o benefício é da instituição. É certo que também é um benefício do recluso, que deixa de estar numa espécie de guerra permanente com o sistema.

A outra vertente é aquela em que o psicólogo se coloca "do lado" do recluso, isto é, numa posição de "psicólogo clínico", tentando escutar o recluso como se escuta qualquer outro indivíduo quando se é psicólogo, no contexto de uma relação interpessoal, com tudo o que isso implica. Diria que há aí um espaço no qual o psicólogo pode trabalhar em dois níveis, por um lado o trabalho no contexto institucional e por outro lado, o trabalho com o recluso. O problema é ainda o do contrato já que para trabalhar com o recluso é preciso ter um bom contrato com a instituição. Da minha experiência de trabalho na prisão, refiro que sempre que a minha equipa "tomava conta" de um recluso, havia o cuidado de prevenir a Direcção, era feito de acordo com a Direcção, mas estranhamente acontecia com alguma frequência que, após algumas semanas ou mesmo meses depois deste acompanhamento, o recluso era transferido para outra prisão sem que fôssemos avisados. Havia então lugar a desculpas por parte da Direcção, baseadas em motivos/problemas administrativos nos quais eu pessoalmente não acreditava. Julgo que se trata mais de uma certa intolerância da instituição em relação a este tipo de tratamento. De tal forma que creio que o psicólogo nem sempre é "bem visto", "bem apreendido" na instituição sobretudo se se ocupa dos reclusos. Como pequeno exemplo, referiria o problema do segredo. Sabe-se que a prisão é um lugar de segredo, de silêncio, mas creio que a relação psicológica se torna lugar de segredo dentro de um lugar de segredo, o que é insustentável para a Direcção da prisão. De tal forma que o Director quase exigia de nós que, se no nosso contacto com os reclusos soubéssemos de algo que pudesse pôr em perigo ou em insegurança o funcionamento da prisão ou a pessoa física dos guardas, queria a todo o custo que isso lhe fosse transmitido. Ora se queremos estabelecer um contrato terapêutico eficiente com o recluso é necessário garantir o segredo da sua palavra no espaço relacional, e o psicólogo que aparece já como uma espécie de instrumento penitenciário não seja além disso uma espécie de relator da palavra do recluso ao nível do penitenciário. É esta série de problemas que torna a prática psicológica clássica de acompanhamento relacional de um recluso muito difícil num sistema penitenciário.

J.P. — Essa prática é, contudo, motivante?

A.L. — Sim, é seguramente motivante. Eu diria sob dois aspectos. Primeiro, é motivante e sobretudo eficaz, pelo que proporciona ao nível da aprendizagem do que é uma relação com um indivíduo, já que creio que a característica da personalidade de um recluso, de um delinquente (já que o é pelo menos no sentido sociológico do termo) é serem personalidades de certa forma incompletas e a característica psicológica que os reagra, ou que lhes é atribuída com frequência, é o conceito de psicopatia. Pessoalmente, não faço essa assimilação, já que creio que há psicopatas que se portam muito bem na sociedade. Devemos entender a psicopatia com um certo tipo de funcionamento psíquico que privilegia ou que funciona es-

sencialmente na perspectiva da acção. Creio que a sociedade actual pede homens de acção. Resta saber se esses homens sabem ter em conta as estruturas simbólicas, restritivas, da sociedade, isto é, de poder permanecer à superfície no sistema ao invés de se encontrar em pleno confronto, por exemplo, com um carro da polícia ou com o inspector dos impostos.

Ao nível do trabalho, é seguramente motivante porque o trabalho na prisão é uma experiência particular, já que se trata de um local singular e também muito excitante, porque a personalidade do recluso, na sua vertente megalomana ou mitómana querendo a todo o custo falar de si com uma verborreia e um lirismo por vezes extraordinário, é, sem dúvida, interessante, residindo o problema em não nos deixarmos fascinar por esse belo discurso resguardando-nos sempre numa posição profissional. Abrindo um parêntesis, não quero aqui dizer que a prisão seja unicamente um local interessante, de gratificação, porque eu próprio deixei a prisão porque ela é também um local de encerramento, de silêncio, de depressão. É um local mórbido e eu denomino muitas vezes a prisão como uma realidade impossível, insustentável, que é provavelmente uma vergonha de um sistema social. Mas isso também é um sistema social, esse lado vergonhoso. Voltando à motivação e à questão da personalidade do recluso, diria que esta é uma personalidade em *queixa relacional* que funciona e actua na relação e impele o psicólogo a fazer, muito rapidamente, a aprendizagem do que é uma relação. É-se rapidamente confrontado com todos os processos de sedução, de desvio, de tentativas de obter algo, até mesmo fenómenos de perversão, o que é, sem dúvida, uma aprendizagem interessante em si. De resto, Alphonse Boudard começa o seu livro sobre a prisão que se chama *La Cérise* dizendo que "La prison c'est d'abord un odeur". A meu ver eu diria que a prisão é, antes de tudo física. É antes de tudo uma aprendizagem física desse universo totalizante, desse universo frio, de violência fria. É um universo atravessado aqui e ali por barulhos metálicos (das portas, das chaves, das sirenes). Creio que a prisão é muito física, muito sensível, em primeiro lugar. Essa primeira experiência não deve ser esquecida porque é também a experiência pela qual passam os reclusos e fazem-na sem poder sair dela.

Um outro aspecto, da motivação do trabalho é que na prisão faz-se a aprendizagem do que é ser-se psicólogo. Isto é, poder fazer a separação entre o compromisso político/pessoal com um sistema social que aceita esta noção de prisão — todos nós em qualquer altura sonhámos com uma sociedade livre, sem prisões — e um outro discurso que é o da prática psicológica. Assim, independentemente daquilo que se pense, sinta ou saiba de situação é contudo importante que nos possamos centrar na prática psicológica com o recluso. Creio que é mesmo um começo muito eficaz de toda a prática da psicologia, de podermos centrar-nos clinicamente sobre o outro, na relação com o outro, não esquecendo porém o que existe para lá do espaço do gabinete. Na prisão esse elemento está presente, forçosamente, e é necessário que nos confrontemos com ele.

Finalmente, o trabalho de um psicólogo na prisão pode ser muito entusiasmante ou muito deprimente, tendo muito a ver com as pessoas em si. Quanto a mim, trabalhei nove anos numa prisão ao fim dos quais fiz a minha tese de doutoramento e tinha jurado pôr um ponto final e acabei por pôr reticências, já que na minha prática continuo a supervisionar algumas investigações em meio prisional o que quer dizer que, de certa forma, ainda não pus um ponto final.

REUNIÕES CIENTÍFICAS

NOVAS PERSPECTIVAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Teve lugar de 20 a 24 de Setembro de 1989, em Lugano (Suíça) o "Quatrième Congrès Mondial de la Psychiatrie du Nourrisson et Disciplines Affiliées", subordinado ao tema: *Nouvelles Perspectives Dans la Première Enfance*. Participaram nesta iniciativa 930 profissionais, vindos de 30 países.

A organização do Congresso esteve a cargo da Associação Internacional de Psiquiatria do Bêbê (WAIPAD), a qual foi igualmente a organizadora dos 3 congressos anteriores: Estoril (1981), Cannes (1983), Estocolmo (1986).

A WAIPAD, tem por objectivo promover o ensino e a investigação no domínio da higiene mental da criança. Para esta associação científica, fundada em 1980, a compreensão da criança deverá recorrer a uma grande variedade de disciplinas e deverá ser enriquecida por discussões interdisciplinares baseadas em investigações e intervenções provenientes de diferentes culturas e países de todo o mundo.

A realização deste Congresso teve como fim dar a possibilidade a profissionais que se ocupam da primeira infância, de actualizar os seus conhecimentos sobre o funcionamento psicológico próprio a esta fase de desenvolvimento nos seus diferentes aspectos teóricos e terapêuticos, assim como estimular a confrontação entre diferentes escolas, disciplinas e culturas, reunindo os esforços e diferentes contributos dos que trabalham neste domínio, com o objectivo de proporcionar à criança jovem e sua família um melhor desenvolvimento e bem estar e garantir uma melhor qualidade de vida.

Com efeito, verifica-se hoje um crescente interesse em melhorar a higiene mental da criança e da sua família, ao mesmo tempo que existe um melhor conhecimento sobre o desenvolvimento, os problemas psicopatológicos e os seus tratamentos. Como referiu S. Lebovici: "Os bebês são demasiado raros na Europa para negligenciarmos o conhecimento do seu desenvolvimento e as suas dificuldades".

O programa científico, presidido

por H. Fitzgerald (USA), incluiu 300 trabalhos, distribuídos por 5 sessões Plenárias, 17 Simpósios, 25 Workshops, 132 Posters, 24 Sessões Video e 12 Apresentações de Casos Clínicos, os que incidiram sobre terapias e intervenções clínicas utilizadas em idade precoce, perspectivas de prevenção, interações precoces, quadros clínicos, estudos longitudinais.

Os principais temas deste congresso mundial incidiram sobre as novas orientações em Psicologia Clínica, em Psicobiologia, sobre novas perspectivas de prevenção, de tratamento e de estudo do desenvolvimento atípico.

Mais concretamente, nas Sessões Plenárias, foram abordados os seguintes temas: Avaliação dos resultados das psicoterapias breves nas interações patológicas mãe-bêbê (D. Stern e P. Kernberg, USA; S. B. Cramer, Suíça e Lebovici, França, entre outros); Comunicação simbólica e comunicação verbal nas crianças com distúrbios evolutivos (M. Soulé, França; K. Minde, Canadá; G. Levi, E. Caffo e M. Bertolini, Itália; etc); Ligações no seio dos sistemas familiares e implicações para a prevenção (J. Stevenson-Hinde, Inglaterra; M. David, França; M. Sherman e I. Bretherton, USA; etc); Infância: Novas perspectivas num mundo em mudança e moralidade no que diz respeito à saúde (R. Emde, USA); Variações culturais nas práticas de cuidados aos bebês (H. Stork e D. Candilis, França; O. Ly, Senegal e N. Ramos, Portugal; entre outros).

No que diz respeito aos Simpósios, estes foram dedicados a temas, tais como: crianças em riscos biológicos e psicossociais; sida no bebê; mães psicóticas; pais toxicómanos; maus tratos provocados à criança; neonatologia; psicoterapias mãe-bêbê; desenvolvimento atípico; representações maternas; gravidez e adolescência; interações familiares; competências do bebê. Entrevieram nestes diversos investigadores e clínicos, dos quais destacamos: Y. Gauthier (Canadá), H. Montagner, R. Debray, F. Jardin, M. Lamour e A. Guedeney (França), P. Chateau, J. Manzano e C. Robert-Tissot (Suíça), M. Moore, M. Ward e A. Komer (USA), H.

Schmidt, Alemanha, H. Steele (Inglaterra) e G. Giordano (Itália).

As Workshops, abordaram assuntos muito variados, nomeadamente: depressão maternal, distúrbios psicossomáticos no bebê, síndrome de morte súbita do bebê, psicose e autismo, intervenções preventivas nos problemas de comportamento, desenvolvimento e problemas psicomotores, problemas ligados aos gémeos, métodos de observação infantil, prevenção e intervenção após o nascimento, experiências educativas e terapêuticas em contexto institucional, o papel do pai no desenvolvimento do bebê, problemas ligados aos filhos adoptivos. De entre os vários animadores, salientamos: S. Lebovici, P. Mazet, D. Sauvage, J. Nadel, K. Kreiler, R. Salbreau, D. Widlocher, S. Sausse e M. Porte (França); P. Fonagy (Inglaterra); A. Bergman, S. Brow, S. McDonough, S. Gochman, H. Fitzgerald, P. Kernberg e P. Gorski (USA); E. Fivaz e M. Macias (Suíça); L. Di Cagno, C. Negro, G. Boccardi e M. Bertolini (Itália); M. C. Gonçalves e J. Gomes Pedro (Portugal); M. Brodeu (Suécia) e J. Saucier e K. Minde (Canadá).

A partir de investigações actuais e de uma perspectiva transdisciplinar, os numerosos trabalhos apresentados vieram assim contribuir para uma melhor compreensão do funcionamento e psicopatologia precoce, uma melhor identificação dos factores de risco e para o conhecimento de novas perspectivas no sentido de uma prevenção e intervenção mais eficazes. Numa civilização que se diz humanitária, o estudo e preocupação pela saúde e desenvolvimento da criança e da sua família, assim como a adequação da sociedade às suas necessidades fundamentais, impõem-se como uma das prioridades a ter em conta.

O próximo Congresso Mundial da WAIPAD, vai ter lugar em Washington em 1992.

Natália Ramos

PSICOLOGIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Realizou-se de 28 a 30 de Setem-

bro de 1989, na Universidade de Évora por iniciativa conjunta do seu Departamento de Pedagogia e Educação e da Associação dos Psicólogos Portugueses um seminário subordinado ao tema "A Componente da Psicologia na Formação de Professores". Mais do que referir aqui, em pormenor, aspectos do programa científico e do bom nível atingido pelas comunicações apresentadas (facto, aliás, inegável), parece-nos oportuno salientar, de um lado, a necessidade de promover junto dos psicólogos que trabalham nesta área um melhor e maior aprofundamento e intercâmbio e, sobretudo, criar condições para que, ao nível da sua própria formação pós-licenciatura, sejam previstas especializações exclusivamente vocacionadas para o domínio da formação de professores. Tal objectivo, não pode resumir-se apenas ao ensino de conhecimentos pois, como salientou o Prof. Manuel Patrício que presidiu a este Seminário, torna-se sobretudo imperioso trabalhar no sentido do próprio desenvolvimento e formação psicológica dos professores.

Resta, finalmente, aguardar que novas iniciativas deste género sejam levadas a cabo, pois a experiência testemunhou que a colaboração entre professores e psicólogos é tão frutuosa quanto mais e melhores vezes ocorrer. E, se o aumento de Institutos Politécnicos e Escolas Superiores de Educação por todo o Portugal é uma realidade, torna-se imprescindível que os psicólogos se sintam à altura de responder ao importante desafio, que lhes é colocado pela formação de professores.

Rui Abrunhosa Gonçalves

JORNADAS SOBRE A ADOÇÃO

Realizaram-se nos dias 15, 16 e 17 de Novembro de 1989, no Auditório da Universidade do Minho, as Jornadas sobre a Adopção, organizadas pelo centro de estudos Judiciais e pelo Centro Regional de Segurança Social. Reuniram Técnicos de diferentes domínios que, desde há muito, vêm dando o seu contributo para o desenvolvimento e aprofundamento científico deste tipo de intervenção.

As comunicações apresentadas, de elevado nível técnico e científico, deram-nos uma perspectiva histórica, actual e futura da Adopção.

A destacar podemos referir a conferência proferida pelo Prof. Amândio Tavares (Universidade do Porto) e pelo Dr. Almiro Rodrigues (Centro de Estudos Judiciais) sobre "Novas Tecnologias de Reprodução Humana e Adopção" que abordou os efeitos sociais dos conhecimentos sobre reprodução, a fecundação assistida e a Adopção como forma alternativa de solução para casais estéreis. Foi discutida a problemática jurídica que tal evolução tecnológica acarreta e a necessidade de existir legislação que a proteja. Foi, ainda, citada a legislação Italiana e Australiana como pioneiras nesta matéria.

Vários elementos representativos da comunidade de Braga (CRSS, Tribunal, Hospital, IASE, Câmara e Episcopado) descreveram a realidade tocante à criança em situação difícil naquele distrito. Apresentaram uma proposta conjunta, formalizada em protocolo, com o objectivo de, em cooperação, unirem esforços no sentido de darem respostas eficazes e atempadas às situações de Menores em risco.

Para falarem desta problemática a nível nacional estiveram: Dr. Rui Epifânio (C.E.J.), que apresentou a realidade do Tribunal de Menores de Lisboa e da forma articulada como os problemas das crianças em risco podem ser solucionados; Dr. João Barroso (C.R.S.S. - Lisboa) que caracterizou a estrutura orgânica e funcional do Serviço de Adopções do C.R.S.S. de Lisboa, os objectivos finais e parciais, metodologias e acções-tipo daquele Serviço; a Dr.ª Maria José Lobo Fernandes (Hospital St.ª Maria - Lisboa) referiu um estudo estatístico sobre os diferentes tipos de mastratos e grupos etários onde ocorrem. Por último o Dr. Luis Villas-Boas (Emergência Infantil - Faro) apresentou a orgânica funcional do Refúgio Aboim Ascensão, em Faro, e o modelo de Emergência Infantil, como projecto a implementar a nível nacional, em resposta à situação da criança em situação difícil.

Alguns elementos do C.R.S.S. de Braga apresentaram o Serviço de Adopção, recentemente criado naquele Centro Regional, sua caracterização orgânica e funcional, terminando com a apresentação de um vídeo intitulada "Rumos de Felicidade" que foi posteriormente comentado pelo Dr. Seabra Dinis (Misericórdia de Lisboa).

Parecem não existir dúvidas de que a família de origem aparece como elemento fundamental e privilegiado para qualquer criança. Assim, quando este núcleo de relações apresenta alterações funcionais que põem em risco o harmónico e integral desenvolvimento da criança, há que intervir de modo a tentar superar as dificuldades avaliadas como causadoras da disfunção. Não se verificando esta reabilitação e após esgotadas todas as possibilidades, há que encarar a Adopção como uma resposta eficaz e privilegiada para o Menor em risco, em alternância às situações que, sendo por vezes mais simples e rápidas, não se apresentam como projecto de vida para a criança. Há que perspectivar a resposta numa dimensão longitudinal, no tempo, tendo em atenção que urge dar à criança uma família a que tem direito. No entanto, a complexidade da intervenção nesta problemática implica que técnicos especializados o façam de modo a que a resposta a dar se apresente com segurança, legalidade e com reais benefícios para a criança. Ao longo das jornadas foram muitos os exemplos citados em que "curiosos" na matéria, munidos das melhores intenções, contribuíram para se fazerem Adopções, com reconhecidos prejuízos para a criança e escapando às tramitações legais.

Como balanço final poderemos dizer que as Jornadas trouxeram, para lá de toda uma troca de experiências e vivências extremamente enriquecedoras, um apontar de convergências da problemática da criança em risco, da criança maltratada e negligenciada, para a solução extrema da Adopção.

Dina Henriques

A PSICOLOGIA E OS PSICÓLOGOS HOJE!

Muito já se disse e escreveu sobre a 2ª Convenção dos Psicólogos Portugueses - Conferência Internacional, "A Psicologia e os Psicólogos Hoje". Não pretendo pois, juntar-me ao coro daqueles que, possivelmente melhor do que eu, analisaram e sintetizaram os importantes contributos desta realização científica, quer no plano nacional quer internacional.

Entendo todavia, que na dupla

qualidade de Director do Jornal de Psicologia (patrocinador da Convenção) e psicólogo interessado na valorização profissional e científica dos seus congéneres, há que realçar aquilo que foram, em meu entender, os aspectos mais significativos desta Convenção/Conferência.

Em primeiro lugar, o elevado número de participantes estrangeiros e nacionais, que circulavam na Reitoria da Universidade de Lisboa, que foi de tal monta que às vezes até dificultava o proveitoso e sempre desejado contacto fora do programa científico do congresso. Depois, as várias dezenas de intervenções existentes o que nem sempre permitiu, como é óbvio, assistir a tudo aquilo que se quer assistir. No que toca ao programa social, cumpriu com o que era esperado atendendo a que a animação/movimentação de uma tal massa de pessoas não é tarefa fácil. Algum desnorte organizativo é também um facto sempre presente em realizações deste teor, mas, o seu significado foi irrelevante.

Fale-se agora do binómio Con-

venção/Conferência. As convenções das Associações são, regra geral, reuniões onde se pretende, sobretudo, fazer o ponto da situação em termos de evolução profissional e científica dos respectivos associados. As conferências, por seu lado, representam mais o aspecto promotor dos seus realizadores e não dão um enfoque tão particular aos problemas da classe. Numa palavra, enquanto que as primeiras visam primordialmente debater aspectos relacionados com a profissionalização, as segundas abarcam domínios mais vastos e socorrem-se muitas vezes do contributo de especialistas estrangeiros para abrihantarem os seus programas.

Quando a Associação dos Psicólogos Portugueses chamou a si a dupla tarefa de realizar uma convenção dentro de uma conferência ou vice-versa, temia-se que o produto híbrido daí resultante pudesse não agradar nem a uns (nacionais) nem a outros (estrangeiros). Mas, e mérito à organização por isso, o que se pôde constatar foi que à medida que estudos nacionais e estrangeiros iam alternando nas suas apresentações,

era visível que não mais, como antes, os psicólogos portugueses se sentiam inibidos pela presença das "sumidades" estrangeiras, e os seus trabalhos ombrearam sem desluzir com os dos seus congéneres de além-fronteiras. Os participantes não-nacionais, por seu lado, e não obstante as barreiras linguísticas, puderam dar-se conta que em Portugal se vive já um franco progresso no domínio da ciência psicológica e os seus profissionais não revelam mais o olhar titubeante e o passo tolhido de outrora.

É este, quanto a mim, o principal aspecto a reter desta Convenção/Conferência: que não desprezando os emulos, podemos dizer, nós "Psicólogos Portugueses, Hoje!", que temos uma identidade, que sabemos o que fazemos e o que queremos fazer. Mérito pois à Associação dos Psicólogos Portugueses e à sua Direcção, que nos deu essa certeza.

De confirmação em confirmação, aguarda-se, com expectativa a próxima Convenção.

Rui Abrunhosa Gonçalves

VÁRIA

PSICOTERAPIA CENTRADA NO CLIENTE E ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

O IADAC - Instituto para a Aplicação e Desenvolvimento da Abordagem Centrada - é uma instituição sem fins lucrativos que desenvolve e patrocina projectos de investigação, de formação ou aplicação da Abordagem Centrada na Pessoa, no domínio das ciências humanas. A Abordagem Centrada na Pessoa, criada por Carl Rogers, é praticada em numerosas áreas, tais como a saúde, a pedagogia, a gestão de relações sociais e interculturais.

Actualmente o IADAC tem em desenvolvimento os seguintes projectos: Centro de Documentação; Formação em Psicoterapia (II Curso iniciou-se em Fevereiro); Formação Psicológica para Professores; Formação Psicológica para Médicos (segundo o método de Balint); Comunicação Interpessoal e Grupos de Encontro.

Informações suplementares poderão ser obtidas para: IADAC, Rua da Artilharia I, 32, 1º dtº, 1200 Lisboa.

TEMAS DE PSICOLOGIA

Foram recentemente editados pela Associação dos Psicólogos Portugueses (APPORT) dois livros inseridos numa colecção denominada Temas de Psicologia. O primeiro, intitulado "Adopção em Portugal" congrega trabalhos apresentados no Seminário "A criança e a oportunidade de Adopção (Porto, Maio/88), bem como outras contribuições de especialistas na matéria e a responsabilidade da edição coube a João Barroso, Fátima Morais e João Guedes Barbosa. De salientar, neste volume, os três textos de João Barroso, até há pouco Coordenador da Equipa de Adopções da Direcção de Serviço de Orientação e Intervenção Psicológica do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa, que

testemunham o profundo conhecimento desta matéria e das suas ramificações no seio da sociedade portuguesa.

O segundo volume, com textos unicamente em língua inglesa, é da responsabilidade editorial de Óscar F. Gonçalves e reúne a quase totalidade das intervenções que tiveram lugar na First European Summer School of Cognitive Therapy (Lisboa, Junho/Julho, 1988). Sob o título sugestivo de "Advances in Cognitive Therapy: The Constructive-Developmental Approach" encontramos artigos/capítulos da autoria de Michael Mahoney, Allen Ivey, Luis Joyce-Moniz, M. B. Ivey, Mayté Miró e do próprio Óscar Gonçalves.

Para além do inegável interesse e qualidade destas obras, ainda mais um factor aliciante: o preço reduzido. A primeira a 350\$00 para sócios da APPORT e 500\$00 para não-sócios e a segunda a 500\$00 e 750\$00, respectivamente. Os pedidos deverão ser feitos a: APPORT, apartado 4353, 4006 Porto Codex.

CALENDÁRIO

NACIONAL

- CONVENÇÃO ANUAL DA APPORT "O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS". Coimbra, 6-7 Abril de 1990. - Informações: Secretariado da APPORT, Apartado 392, 4703 BRAGA CODEX.
- CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E BÁSICA. Braga 9-12 de Abril de 1990. - Informações: Secretariado. Universidade do Minho. CIFOP, Avenida Central, 100, 4700 BRAGA.
- 10TH BIENNIAL INTERNATIONAL CONFERENCE OF "THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR BIOENERGETIC ANALYSIS". Praia de Porto Novo, Torres Vedras, 28 de Maio a 7 de Junho de 1990. - Informações: António Menezes Rocha, Rua Padre António Vieira, 3 - 1º, 1000 LISBOA.

INTERNACIONAL

- II SIMPOSIUM DE PSICOLOGIA CLINICA APLICADA. Jaén, España, 2-6 de Abril de 1990. - Informações: Colégio Universitário de Jaén, 23071 Jaén, ESPANHA.
- THE BRITISH PSYCHOLOGICAL SOCIETY- 1990 ANNUAL CONFERENCE. Swansea (England), 5-8 de Abril de 1990. - Informações: Conference Office - BPS, St. Andrews House, 48 Princess, Road East, Leicester LE1, 7 DR., INGLATERRA.
- INTERNATIONAL CONGRESS ON TREATMENT OF MENTAL ILLNESS AND BEHAVIORAL DISORDERS IN MENTALLY RETARDED PERSONS. Amsterdão, Holanda, 3-4 de Maio de 1990. Informações: PAOS, P.O. Box 325, 2300 AH Leiden, HOLANDA.
- 6e CONGRES A.P.T.L.F. LA PSYCHOLOGIE DU TRAVAIL ET LES NOUVELLES TECHNOLOGIES. Bruxelas, 14-18 de Maio de 1990. - Informações: René Paterson, S.I.S.H. Université Libre de Bruxelles, Belgique 90, Rue Cantonniers, 2, B. 1400 Nivelles, BÉLGICA.
- V EUROPEAN CONFERENCE ON PERSONALITY. Siena, Itália, 12-15 de Junho de 1990. - Informações: Prof. S. Sirigatti, Instituto de Psicologia General e Clinica, Pian de Mantellini, 35, 53100, Siena, ITÁLIA.
- 8ème FORUM PROFESSIONNEL DES PSYCHOLOGUES. - AUTONOMIES: CONSTRUCTION ET LIMITES. La Villette, França, 14-16 de Junho de 1990. - Informações: Le Journal des Psychologues, 61, Rue Marx Dormoy, 13004 Marseille, FRANÇA.
- 8TH GENERAL MEETING OF THE EUROPEAN ASSOCIATION OF EXPERIMENTAL SOCIAL PSYCHOLOGY. Budapest, Hungary, 19-23 de Junho de 1990. - Informações: Bernard Rimé, Voie du Roman Pays 20, B-1348, Louvain-la-Neuve, BÉLGICA.
- INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON NEW HORIZONS IN PEDIATRIC NEUROSURGERY/NEUROLOGY. Tel-Aviv, Israel, 25-28 Junho de 1990. Informações: New Horizons Symposium, Shaul Harel, c/o International Ltd., P.O. Box 29313, 65121, Tel Aviv, ISRAEL.
- FIRST INTERNATIONAL CONGRESS OF BEHAVIORAL MEDICINE. Uppsala, Suécia, 27-30 de Junho de 1990. - Informações: Stephen MN. Weiss, Dept. of Health & Human Services, National Institutes of Health, Bethesda, Maryland 20892, USA.
- SIXTH PRAGUE INTERNATIONAL CONFERENCE: PSYCHOLOGICAL DEVELOPMENT AND PERSONALITY FORMATIVE PROCESSES. Prague, Czechoslovakia, 2-7 de Julho de 1990. - Informações: 6th Prague International Conference, Institute of Psychology, Husova 4, 11000 Prague, CHECOSLOVÁQUIA.
- 48TH ANNUAL CONVENTION OF THE INTERNATIONAL COUNCIL OF PSYCHOLOGISTS. Tóquio, 14-18 de Julho de 1990. - Informações: Patricia Cautley, Secretary-General, 4805 Regent St., Madison, WI 53705, U.S.A.
- 10TH CONGRESS OF INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR CROSS-CULTURAL PSYCHOLOGY. Nara, 16-21 de Julho de 1990. - Informações: Dr. Saburo Iwawaki, Hyogo University of Teacher Education, Yashiro, Katou-gun, Hyougo Prefecture 673-14, Nara, JAPÃO.
- 3rd INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON HUMAN FACTORS IN ORGANIZATION DESIGN AND MANAGEMENT. Kyoto, Japão, 18-21 de Julho de 1990. Informações: Dr. Jyunzov Watada, College of Management, Ryokoku University, 67, Fukakusa-Tsukamoto-Cho, Fushimi-Ku, Kyoto 612.
- XIII CONGRESSO INTERNACIONAL DO RORSCHACH E DE MÉTODOS PROJECTIVOS. Paris, 22-27 de Julho de 1990. - Informações: Sociedade Portuguesa de Rorschach e Métodos Projectivos. Av. Visconde de Valmor, 30, Cave, 1000 - LISBOA.
- 22ND INTERNATIONAL CONGRESS OF APPLIED PSYCHOLOGY. Kyoto (Japão), 22-27 de Julho de 1990. - Informações: Secretariat, 22nd IAAP Congress C/O Kyoto International Conference Hall. Takara-Ike, Sakyo-Ku 606. Kyoto - JAPÃO.
- ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Boston, Massachusetts, USA, 10-14 de Agosto de 1990. - Informações: American Psychological Association, 1200 Seventeenth Street N.W., Washington DC 20036, USA.
- 5TH EUROPEAN CONGRESS OF HYPNOSIS IN PSYCHOTHERAPY AND PSYCHOSOMATIC MEDICINE. University of Konstanz, FRG, 18-24 de Agosto de 1990. - Informações: Walter Bongartz, Universität Konstanz, Postfach 5560, D - 7750 Konstanz 1, REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA.
- IVTH EUROPEAN CONFERENCE ON DEVELOPMENTAL PSYCHOLOGY. Stirling, Scotland, 27-31 de Agosto de 1990. - Informações: Dept. of Psychology, University of Stirling, Stirling FK9 4LA, ESCÓCIA.
- THE 2ND WORLD CONGRESS ON FAMILY THERAPY. Krakow, Polónia, 2-7 de Setembro de 1990. - Informações: Florence Kaslow, International Family Therapy Association, 2617, N. Flagler, Dr. Suite 204, West Palm Beach, FL 33407, USA.
- XXTH EUROPEAN CONGRESS ON BEHAVIOUR THERAPY, Paris, France, 12-15 de Setembro de 1990. - Informações: "Paris 1990", AFTC, Centre Hospitalier, 94190 Villeneuve Saint-Georges, FRANÇA.

CALENDÁRIO (CONT.)

FOURTH CONFERENCE OF THE EUROPEAN SOCIETY FOR COGNITIVE PSYCHOLOGY. Villa Olmo, Lake Como, Italy, 15-19 de Setembro de 1990. - Informações: J.L. Jackson, Institute of Experimental Psychology, University of Groningen, Kerklaan 30, 9751 NN Haren, HOLANDA.

THE 2ND EUROPEAN CONFERENCE ON TRAUMATIC STRESS. Noordwijkerhout, Holanda, 23-27 de Setembro de 1990.
 Informações: The Secretariat of the 2nd European Conference on Traumatic Stress, c/o ICODO, Attn, Jos. M.P. Weerts, W. Barentszstr.,
 31-C, 3572 PB Utrecht, HOLANDA.

THE EVOLUTION OF PSYCHOTHERAPY: FUTURE TRENDS. Anaheim (Califórnia), 12-16 de Dezembro de 1990. - Informações:
The Milton H. Erickson Foundation, 3606 N. 24th Street, Phoenix, Arizona, 85016, USA.

49TH ANNUAL CONVENTION OF THE INTERNATIONAL COUNCIL OF PSYCHOLOGISTS. San Francisco, California, USA, 11-15 de Agosto de 1991. - Informações: Secretariat, 4805 Regent St., Madison, Wisconsin 53705, USA.

ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. San Francisco, California, USA, 16-20 de Julho de 1991. - Informações: American Psychological Association, 1200 Seventeenth Street N.W., Washington DC 20036, USA.

LE FORUM EUROPÉEN DES PSYCHOLOGUES. Estraburgo, 9-12 de Julho de 1992. - Informações: Le Journal des Psychologues, 61, Rue Marx Dormov, 13004 Marseille, FRANCA.

50TH ANNUAL CONVENTION OF THE INTERNATIONAL COUNCIL OF PSYCHOLOGISTS. Amsterdam, the Netherlands, 14-18 de Julho de 1992. - Informações: Secretariat, 4805 Regent St., Madison, Wisconsin 53705, USA.

25TH INTERNATIONAL CONGRESS OF PSYCHOLOGY: Bruxelas, 19-24 de Julho de 1992. - Informações/EUA: Joan Buchanan, APA International Affairs Office, 1200 Seventeenth Street, N.W., Washington DC 20036, USA. Informações/EUROPA: Brussels International Conference Centre, Parc des Expositions, Place de Belgique, B-1020 Brussels - BELGICA.

PROVAS ACADÉMICAS

PROVAS DE AGREGAÇÃO

Realizaram-se nos passados dias 6 e 7 de Dezembro de 1989, na F.P.C.E. - U.P. as provas de agregação do Doutor Cândido da Agra.

No dia 6 foi feita a apreciação do currículo e relatório referente ao programa, aos conteúdos e aos métodos de ensino teórico das matérias da disciplina

de "Questões Aprofundadas de Psicologia do Comportamento Desviante, sendo arguentes os Professores Doutores Bártolo Paiva Campos e Francisco Xavier Pina Prata.

No dia 7 realizou-se a discussão da lição de síntese intitulada "O Ético e o Psíquico - Desenho epistemanalítico para uma teoria do sujeito autopoietico", pelo arguente Professor Doutor Ch.

Debuyst da Universidade Católica de Louvain.

Integravam o júri os Professores Catedráticos Aura Montenegro, Bárto-lo Paiva Campos, Ch. Debuyst, Francisco Pina Prata, Joaquim Ferreira da Silva, Manuel Viegas de Abreu e Rita Mendes Leal.

O candidato foi aprovado por unanimidade.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

- American Psychologist, nº 11, Nov. 1989
- Apa Monitor, vol. 20, nº 11, Nov. 1989
- Arquivos Brasileiros de Psicologia, Vol. 41, 2º Trimestre, Maio de 1989
- Comunicação entre crianças, Maria das Dores Formosinho Simões. Coimbra Editora, 1990, Coimbra.
- Fontes Unesco, nº 8, Out. 1989
- Informação Psicológica, nº 40, Dez. 1989
- International Psychologist, 1990, vol. XXX, 4.
- Journal of Strategic and Systemic Therapies, 1989, vol. 8, 2 e 3.
- Le Journal des Psychologues, nº 74, Fev. 1990.
- O Médico, vol. 122, ano 41, até nº 1963
- Revista de Psicologia, Tarragona 1989, XI (1)
- Revista Universitária de Psicologia (Associação Nacional de Estudantes de Psicologia), ano 1, nº 1, 1989.

REVISTA UNIVERSITÁRIA
DE
PSICOLOGIA

Publicação da
**Associação Nacional de
Estudantes de Psicologia**

À venda nas Associações de Estudantes

Realiza-se entre 6 e 7 de Abril próximo, no Auditório da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, a Convenção Anual da APPORT/1990. Aspectos socio-profissionais serão objecto de análise. Vários documentos de índole associativo são postos à discussão e aprovação.

No dia 6 (6a. feira) os trabalhos iniciam-se com uma Sessão Solene de Abertura com a presença de autoridades e individualidades (17:00 horas). Pelas 19:30 serão entregues e apresentados os documentos em análise. Pelas 20:30 haverá um jantar e convívio. No dia 7 (sábado), das 9:30 às 12:30 reúnem-se os vários "grupos de interesses" tendo em vista a análise da sua situação profissional e o levantamento de um caderno reivindicativo a apresentar superiormente. Das 14:30 às 17:00 realiza-se uma Assembleia Geral para discussão e aprovação da informação entregue, relatórios e regulamentos.

Inscrições: 2.500\$00 (4.000\$00 a partir de 31 de Março). Secretariado: APPORT, Apartado 392, 4703 BRAGA CODEX.

COIMBRA, F.P.C.E., 6-7
6-7 DE ABRIL, 1990 CON
CONVENÇÃO ANUAL
ANUAL APPORT/90. CO
COIMBRA, F.P.C.E., 6-7
6-7 DE ABRIL, 1990 CON
CONVENÇÃO ANUAL
ANUAL APPORT/90. CO
COIMBRA, F.P.C.E., 6-7
6-7 DE ABRIL, 1990 CON
CONVENÇÃO ANUAL
ANUAL APPORT/90. CO

O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
7 O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
A O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
0 O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
7 O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
A O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
0 O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
7 O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
A O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
0 O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
7 O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
A O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
0 O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
7 O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.
A O PSICÓLOGO: PAPEL, ESTATUTO E CARREIRAS.

[illegible]

F.P.C.E., 6-7 DE ABRIL, 1990 CONVENÇÃO ABRIL, 1990 CONVENÇÃO ANUAL APPORT/90. NÇÃO ANUAL APPORT/90. COIMBRA, F.P.C.E. RT/90. COIMBRA, F.P.C.E., 6-7 DE ABRIL, 1990 F.P.C.E., 6-7 DE ABRIL, 1990 CONVENÇÃO ABRIL, 1990 CONVENÇÃO ANUAL APPORT/90. NÇÃO ANUAL APPORT/90. COIMBRA, F.P.C.E., RT/90. COIMBRA, F.P.C.E., 6-7 DE ABRIL, 1990 F.P.C.E., 6-7 DE ABRIL, 1990 CONVENÇÃO ABRIL, 1990 CONVENÇÃO ANUAL APPORT/90. NÇÃO ANUAL APPORT/90. COIMBRA, F.P.C.E., RT/90. COIMBRA, F.P.C.E., 6-7 DE ABRIL, 1990 F.P.C.E., 6-7 DE ABRIL, 1990 CONVENÇÃO ABRIL, 1990 CONVENÇÃO ANUAL APPORT/90. NÇÃO ANUAL APPORT/90. COIMBRA, F.P.C.E., RT/90. COIMBRA, F.P.C.E., 6-7 DE ABRIL, 1990

IL, 1990 CONVENÇÃO
ÃO ANUAL APPORT/90.
90. COIMBRA, F.P.C.E.,
.E., 6-7 DE ABRIL, 1990
IL, 1990 CONVENÇÃO
ÃO ANUAL APPORT/90.
90. COIMBRA, F.P.C.E.,
.E., 6-7 DE ABRIL, 1990
IL, 1990 CONVENÇÃO
ÃO ANUAL APPORT/90.
90. COIMBRA, F.P.C.E.,
.E., 6-7 DE ABRIL, 1990
IL, 1990 CONVENÇÃO
ÃO ANUAL APPORT/90.
90. COIMBRA, F.P.C.E.,
.E., 6-7 DE ABRIL, 1990
IL, 1990 CONVENÇÃO

